



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PAMELLA NAYARA LACERDA TELES

POLÍTICAS INCLUSIVAS ESCOLARES E O ENSINO DE GEOGRAFIA

BRASÍLIA – DEZEMBRO/2012

PAMELLA NAYARA LACERDA TELES

POLÍTICAS INCLUSIVAS ESCOLARES E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Trabalho Final apresentado ao Departamento de Geografia e ao curso de Geografia do Pólo de Alexânia da Universidade de Brasília/Universidade Aberta do Brasil – UnB/UAB, como requisito parcial da carga horária e de avaliação da disciplina de Trabalho Final em Geografia.

Orientadora: Profa.Msc.º Karla Christina Batista de França.

BRASÍLIA – DEZEMBRO/2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Teles, Pâmella Nayara Lacerda.

Políticas Inclusivas Escolares e o Ensino de Geografia/ Pâmella
Nayara Lacerda Teles – Brasília, 2012.

75 p.

Monografia (Licenciatura) – Universidade de Brasília, Departamento
de Geografia.

PAMELLA NAYARA LACERDA TELES

POLÍTICAS INCLUSIVAS ESCOLARES E O ENSINO DE GEOGRAFIA

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em Geografia da Universidade de Brasília da aluna

Pâmella Nayara Lacerda Teles

Mestre, Karla Christina Batista França

Professora-Orientadora

Doutor, Fernando Luiz Araújo Sobrinho Especialista, Aracelly dos Santos Castro

Professor-Examinador

Professora-Examinadora

Brasília, 15 de Dezembro de 2012.

Dedico este a Deus, minha mãe, avó, meu esposo e a minha irmã, que me deram apoio nos momentos mais complicados e difíceis da minha vida, sempre estiveram ao meu lado, me encorajando e dizendo todos os dias que eu sou capaz, me ajudaram e nunca mediram esforços para me ajudar, os meus professores que me ajudaram e ensinaram, pois o conhecimento não ocupa espaço e nunca se acaba todos os dias nós aprendemos coisas novas. Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTO

Primeiramente eu agradeço a Deus por estar finalizando mais uma etapa de minha vida e pelo dom da vida.

E também a minha mãe, avó, meu esposo e a minha irmã, por ter me aturado todos esses anos de estudo e em algumas situações, como nos momentos de estresse e na falta de paciência.

Aos meus colegas do curso de Geografia e a tutora presencial Edilaine do curso.

E agradeço a orientadora Karla França pela paciência e dedicação.

RESUMO

Uma parcela da sociedade brasileira tem algum tipo de deficiência, mesmo que haja a legislação ainda existe uma parcela da população excluída e segregada do convívio social, não recebem atendimento adequado nas escolas públicas, com as leis da Constituição Federal de 1988, Art. 6.º, C.F: direito social à educação, Art. 205: que a educação é direito de todos; o Art. 206: o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, as escolas têm que criar oportunidades para que esses alunos sejam inseridos no ambiente escolar de forma igualitária, assim o aluno que necessita de uma educação especial vai exercer a sua cidadania com dignidade. A pesquisa foi desenvolvida para compreender a Política Educacional Inclusiva brasileira, entender a importância do ensino de Geografia para a vida das pessoas com deficiência. A investigação identificou as dificuldades dos educadores de geografia e as dificuldades de inserir alunos com deficiência, analisando as metodologias utilizadas para o desenvolvimento e aprendizagem de geografia. As entrevistas foram realizadas em duas escolas estaduais do município de Alexânia-GO, com dois educadores um de cada escola, que buscou compreender as nuances da inclusão, a forma que se dá a inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas, a opinião dos educadores sobre a inserção desses alunos que necessitam de uma educação especial na sala de aula, quais as metodologias utilizadas para o ensino de Geografia, as dificuldades dos educadores de ensinar pessoas com deficiência. Algumas escolas se tornam inclusivas sem ao menos ter condições de atender alunos com deficiência, a inclusão ocorre sem subsídios técnicos e de capacitação dos profissionais em muitos espaços escolares no Brasil, acontece em muitas escolas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Inclusivas Escolares, alunos deficientes, ensino de geografia.

ABSTRACT

A portion of Brazilian society has some kind of disability, even if the legislation there is still portion of the population excluded and segregated from society, and do not receive adequate care in public schools, with the laws of the Federal Constitution of 1988, Article 6 . thereof, CF: social right to education, Article 205: that education and the right of all, the Article 206: The teaching will be taught based on the following principles: - equal conditions for access and stay in school, schools have to create opportunities for these students to be placed in the school environment equally, so that students who require special education will exercise their citizenship with dignity. The research was conducted to understand the Inclusive Education Policy in Brazil, and the country each year that laws and decrees were vigorados. Understanding the Geography teaching for students with disabilities, and addressing the importance of accessibility of students who need special education and a place adapted to meet the needs of these individuals. The investigation identified the difficulties of geography educators and the difficulties of entering students with disabilities, analyzing the methodologies used for the development and learning of geography. The interviews were conducted in two state schools in the city of Alexânia-GO, one with two teachers from each school, which sought to understand the nuances of inclusion, so that it gives the inclusion of students with disabilities in public schools, feedback from educators on the inclusion of these students who need special education classroom, which the methodologies used for teaching geography, the difficulties educators to teach people with disabilities. Some schools become inclusive without at least be able to serve students with disabilities, so that inclusion happens in many Brazilian schools.

KEYWORDS: Inclusive Policies School, disabled students, teaching geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Exemplos de sinalização visual.....	65
Figura 2– Cella Braille	65
Figura 3 – Sinalização visual e tátil em portas	66
Figura 4 – Sinalização de corrimãos.....	66
Figura 5 – Sinalização visual no piso de degraus	67
Figura 6 – Sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos das calçadas.....	68
Figura 7 - Sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos das calçadas	68
Figura 8– Sinalização tátil de alerta nas escadas	68
Figura 9 – Tratamento de desníveis (dimensões em milímetros).....	69
Figura 10 – Desenho da grelha	69
Figura 11 – Dimensionamento de rampas	70
Figura 12 – Inclinação transversal e largura de rampas	70
Figura 13 – Empunhadura de corrimão	71
Figura 14 – Prolongamento de corrimãos.....	71
Figura 15 – Altura dos corrimãos em rampas e escadas.....	72
Figura 16 – Vista superior de corrimão intermediário	72
Figura 17 – Vista frontal da porta.....	73
Figura 18 – Bacia sanitária – barras de apoio lateral e de fundo.....	74
Figura 19 – Bacia sanitária – barra de apoio lateral com fixação na parede do fundo.....	75
Figura 20 – Bebedouros.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CADEME- Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental.

CEB- Comunidade Eclesial de Base.

Cenesp - Centro Nacional de Educação Especial.

CESB- Campanha para Educação do Surdo Brasileiro.

CNE- Conselho Nacional de Educação.

CNERDV- Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica.

IBC- Instituto Benjamin Constant.

INEP- Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira.

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos.

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

NBR- Norma Brasileira.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação.

PNE - Plano Nacional de Educação.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE TABELAS

I.Tabela: Quadro das Respostas dos Professores de Geografia	49
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I. EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
A Educação Especial e a Política de Educação Inclusiva no Brasil.....	16
I.I Os Fatos Importantes de 1930-1950.....	17
I.II Os Fatos Importantes de 1970-1990.....	18
I.III Os Fatos Importantes de 200-2012.....	24
Capítulo II. UM NOVO OLHAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	28
II. I O Ensino de Geografia para alunos com deficiência visual.....	37
II. II O Ensino de Geografia para alunos com deficiência auditiva.....	41
III. O AMBIENTE ESCOLAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	45
III. I-Relatos dos professores sobre o Ensino de Geografia e a Acessibilidade.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
ANEXO I Norma de Acessibilidade.....	63

INTRODUÇÃO

Há três décadas o Brasil vem tentando desenvolver da melhor forma possível inclusão escolar, após a aprovação e avanços na Constituição Federal de 1988, a educação especial foi garantida como direito, pela Lei n.º 7.853/89, ganhou mais espaço nas discussões e se aprofundou, foram sendo editadas leis nas quais surgiram à ideia da inclusão escolar, que atendessem o direito dos indivíduos com deficiência em escolas públicas, atender as necessidades de cada um, vencendo assim barreiras.

No Brasil existem leis que asseguram os direitos de pessoas com deficiências físicas tais como: a Constituição Federal Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece os direitos básicos das pessoas portadoras de deficiência, artigo 8º “recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque é portador de deficiência” (Brasil, 1989). Essa lei é uma das que assegura os direitos de participação e da aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas públicas do ensino regular, atendendo ao princípio da Constituição brasileira, determinam à igualdade, todos tem que ter acesso à educação em todos os níveis de ensino, a LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 proclama que toda criança tem direito à educação (BRASIL, 1996). Constituição Federal nº 10.436, de 24/04/2002, reconhece como meio legal de comunicação é expressão a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), e determina o ensino é a utilização no País (Brasil, 2002).

A Educação dos alunos com deficiência tem os mesmos objetivos da educação, entretanto é essencial algumas modificações nas aulas e recursos didáticos que atendam as necessidades desses alunos. O aluno que necessita de uma educação especial necessita de assistência para alcançar os objetivos é aprender. Em virtude dessa razão é desenvolvido e organizado um serviço educacional especial, em que são planejados para assegurar o direito desses alunos em freqüentar classes comuns, ser incluídos na sociedade.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns, que muitas vezes os alunos apenas são colocados em sala de aula desprovidos de qualquer suporte que os auxiliem:

Acerca do assunto Mantoan (2006, p. 23) afirma que:

“Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação”.

As mudanças nas escolas são necessárias, pois somente assim que pode se alcançar uma educação de qualidade é de igualdade, antigamente se uma pessoa não seguia os padrões da sociedade era excluída, e não se relacionava com outras pessoas, e não era garantido os direitos a cidadania.

A inclusão escolar não tem sido algo tão simples, pois nem todas as escolas brasileiras têm a mesma infraestrutura. Para solucionar alguns desses problemas desenvolveram no Brasil leis de inclusão, que os alunos com deficiência vão ter a oportunidades diferentes, pois as pessoas são diferentes, mais o ensino é pra todos e todos têm que alcançar os mesmos objetivos, incluir é deixar de lado os estereótipos.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular exige algumas mudanças no sistema educacional, como: nas leis, no modo de desenvolver as aulas, ou seja, levando a um novo modo do ato de ensinar e aprender, em que a escola por lei tem que matricular todos os alunos, e atender as necessidades de cada um.

Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. MEC/SEESP, 2001, [S.I.: s.n.].

Desta forma iniciará a construção de uma escola livre de preconceitos, valorizando a relação e a interação entre a diferença, levando a construção do sujeito, ou seja, os conteúdos devem estar sempre relacionados com a realidade do aluno, sua cultura, relação social é a identidade de cada um, as limitações entre outros.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é um tema que vem sendo muito discutido, tanto em escala local como em escala global.

“Verifica-se que o processo de universalização do direito à educação, aos poucos, torna-se uma realidade no Brasil. Vários são os desdobramentos engendrados no campo das políticas públicas educacionais, na medida em que novas demandas surgem, exigindo novas posturas tanto dos educadores quanto do sistema educacional, ou seja, requerendo uma reestruturação do sistema de ensino” (ALMEIDA, 2008, p.15).

O sistema de ensino apresenta novas posturas, com isso vem surgindo à busca de melhorar o ensino, partindo disso surgiu questionamentos para entender algumas teorias que buscam inserir a educação de portadores de deficiência em um contexto educacional.

OBJETIVOS

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas de inclusão escolar e os desafios do ensino de Geografia para portadores de necessidade especiais.

Os objetivos específicos:

- Definir a importância das principais Políticas Inclusivas Escolares;
- Analisar os desafios encontrados na inclusão escolar no ensino de Geografia em escolas regulares;
- Analisar os desafios é a fragilidade do ensino de Geografia.

Os questionamentos norteadores são:

- Quais são os fundamentos legais que defendem o direito a inclusão escolar das pessoas com deficiência?
- Por que o ensino de Geografia é tão importante para os alunos com deficiência?
- Quais os desafios que permeiam o ensino inclusivo de Geografia?

Esses questionamentos visam à reflexão das transformações da Política Educacional Inclusiva no Brasil e alguns acontecimentos internacionais que estimularam as leis brasileiras, os desafios encontrados na inclusão escolar de alunos com necessidade especial é a importância e os desafios do ensino de Geografia.

Através do ensino de geografia que o aluno vai entender como funciona a sociedade, entender a sua própria história, que apesar de sua deficiência também faz parte da sociedade, onde leva o aluno a entender o lugar em que vive, também serve não apenas para educar, mas para ajudar a mudar a compreensão do meio em vive é do mundo globalizado. Os desafios encontrados é a falta de suporte para desenvolver aula de Geografia para deficientes como materiais adequados, em muitos casos o educador não sabe como manusear os materiais disponíveis.

O ensino de Geografia é muito importante, pois assim as pessoas que possuem limitações, como cita CALLAI (2000, p. 84) estudar Geografia “e compreender o lugar, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais e humanas.” Entender o lugar em que vive permite ao indivíduo conhecer a sua própria história é conseguir compreender as coisas que ali acontecem.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino é muito importante, desenvolve uma nova possibilidade de criar outras práticas frente ao desafio, segundo Carvalho (2007, p. 112) “quanto maior a diversidade, mais complexa e mais rica se torna a figura formada pelo conjunto das partes que a compõem”, inserir alunos

com necessidade especial é um grande desafio, por causa das dificuldades é a falta de estrutura das escolas, professores que não são especializados, matérias que dá suporte a esse aluno, etc.

METODOLOGIA

A monografia está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado, Em Busca de uma Educação Inclusiva aborda as políticas inclusivas, apresenta à discussão teórica em torno da inclusão escolar do ponto de vista das políticas inclusivas educacionais. No segundo capítulo intitulado Um Novo Olhar no Ensino de Geografia, apresenta as dificuldades do ensino de Geografia para portadores de deficiência, é a importância do ensino de Geografia.

No terceiro capítulo intitulado O Ambiente Escolar e o Ensino de Geografia apresenta o ambiente escolar é o ensino de geografia através de depoimentos de professores de Geografia em duas escolas do município de Alexânia-GO. Os procedimentos utilizados nesse capítulo foram à observação do ambiente escolar é foi observado à ausência da garantia das normas legais na infraestrutura da escola e materiais adequados para o ensino de Geografia é o despreparo dos professores.

Nas considerações finais procura-se uma reflexão crítica com os principais achados na pesquisa sobre as políticas inclusivas é o ensino de Geografia, propondo assim um novo olhar para o assunto, tendo varias possibilidades nesta nova face da educação brasileira.

CAPITULO I. EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As Políticas Inclusivas Escolares revelam à riqueza da convivência da sociedade, as pessoas que necessitam de uma educação diferenciada não é um problema é sim mais uma riqueza, onde todas as pessoas passam a conviver com as diferenças e juntas construindo o saber, mesmo com as limitações das pessoas com deficiência essas tem os mesmos direitos das pessoas que não tem deficiência.

“A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos envolvidos no processo de inclusão dando um passo para caminhar em sociedade livre de preconceitos e limitações”. (Sassaki, 1997, p.114).

A inclusão escolar não é apenas colocar os alunos com deficiência nas escolas, mas dar oportunidade, suportes e condições para que possam desenvolver e aprender como qualquer outra pessoa que não possui nenhuma limitação.

“A inclusão é um motivo para que a escola se modernize os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico”. (MANTOAN, 1997, p.120)

Nos últimos séculos a sociedade foi em busca de seus direitos, sendo marcado pela luta da democracia e da igualdade de direitos, nos últimos anos a sociedade conseguiu importantes conquistas para assegurar os direitos e organismos como a Declaração dos Direitos Humanos da ONU em 1948 garantiu o direito das pessoas de exercer a sua cidadania, que contribuíram para essas conquistas, os direitos atualmente de aspecto de igualdade e da democratização que é vista com a “era dos direitos” (Brasil, 2001a).

Com os avanços das Políticas Inclusivas, no Brasil as estruturas escolares precisarão se adequar a partir de leis para assegurar a inclusão escolar, fez com que mudasse o pensamento das pessoas, não é o estudante que tem que se adequar à escola é sim a escola que “consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo” (BRASIL, 2001b, p. 29).

I.I Os Fatos Importantes de 1930-1950

Por volta de 1930 surgiu o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais nas escolas públicas, que visava oferecer uma educação a parte para as pessoas deficientes, mas a participação de pessoas com deficiência em escolas regulares apenas ocorreu na metade do século XX, foi neste mesmo ano que foi criado o Ministério da Educação, logo após a chegada ao poder de Getúlio Vargas, onde foi sendo criadas políticas educacionais que até então eram desenvolvidas pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

“A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental e não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência eram colocados postos a margem da condição humana”. (MAZZOTTA, 1982 p 3).

Na década de 1930, o Brasil assegurava o direito ao ensino apenas as pessoas sem deficiência, as leis ainda não eram direcionadas aos portadores de deficiência, pensavam que apenas as pessoas sem deficiência tinham o direito à educação que os estudantes que tinha algum tipo de deficiência não tinham a capacidade e não se adequavam aos padrões homogeneizadores da escola, dessa forma achavam que para essas pessoas que necessitavam de uma educação especial tinham que criar as instituições especiais de educação, tirando assim o direito dessas pessoas de viver e se relacionar com pessoas “normais”.

De 1937 a 1945, nesse período ocorreram transformações importantes como a instituição do Estado Novo que detinha um controle em todos os setores sociais, ocorreu a centralização da educação, o retrocesso no processo de desenvolvimento da democratização do ensino, as políticas eram voltadas apenas para uma política explícita para favorecer o ensino superior, o ensino como o desenvolvimento da sociedade deu lugar às mensagens de patriotismo com isso despertar a consciência nacional para as necessidades de centralizar o poder políticos brasileiros.

Entre 1930 a 1949 o número de escolas regulares públicas duplicou de modalidade de classes especiais, as instituições especializadas quintuplicaram, isso ocorreu devido ao descaso governamental em relação à educação de pessoas com algum tipo de deficiência.

O período de 1945, que foi marcada pela incerteza do governo, de um lado sabia da insatisfação do povo e do outro lado procurava dirigir e manipular as opiniões populares. Também esse período foi marcado pela internacionalização da economia, a entrada do capital estrangeiro no Brasil, ou seja, a implantação de multinacionais e a influência tanto econômica como cultural norte-americana, e o aumento da pobreza da população.

Nos anos 1950 a 1959 teve um aumento na expansão e no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência intelectual. Em 1958 o Ministério de Educação começou a dar assistência financeira e técnica às instituições e secretarias especializadas no ensino especial, lançaram campanhas nacionais para a educação de pessoas que necessita de um ensino especial, em 1957 veio a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), nesse mesmo ano teve a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (CNERDV), em 1958 Campanha Nacional de educação do Deficiente Mental (Cademe), assim também ocorreu os debates sobre as reformas educacionais.

I.II Os Fatos Importantes de 1970-1990

Em 1974 na constituição do centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), orienta que:

“Os alunos deficientes, sempre que suas condições pessoais permitirem serão incorporados a classes comuns de escolas do ensino regular quando o professor da classe dispuser de orientação e materiais adequados que lhe possibilitem oferecer tratamento especial a esses deficientes”. (Brasil, MEC/Cenesp, 1974. P.20).

Um grande passo na caminhada pelo reconhecimento dos direitos das pessoas deficiente foi à resolução aprovada em 09 de Dezembro de 1975 na Assembléia Geral da organização das Nações Unidas, ficou conhecida como declaração dos direitos das pessoas deficientes gozam de todos os direitos estabelecidos na Declaração, que todas as pessoas com deficiência, qualquer que seja a sua origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm o mesmo direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível, inclusive o direito a educação.

Na década de 70 é nos anos 80 foi marcada pelo processo de desenvolvimento da Educação Especial no sistema público de ensino onde ocorreram muitas reformas que foram promovidas pelos governos militares, na área da Educação ocorrerão algumas alterações, onde foram desenvolvidos setores especializados e programas para atender as necessidades dos alunos especiais, foi construído um conjunto de normas e integração onde reafirmou o atendimento especializado e interdisciplinar.

Com o processo de redemocratização nos anos 80 do Brasil é com a chegada de partidos de oposição, ocorreram reformas políticas importantes na educação pública, onde ficou comprometidos a universalização do acesso a educação junto com a democratização do ensino público desenvolveu uma serie de inovações tais como a educação integral e a inclusão de alunos com necessidades especiais.

No ano de 1988 que foi promulgado uma Nova Constituição Brasileira que no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205, afirma: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e no Artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, *preferencialmente* na rede regular de ensino [...]”. Infelizmente, os (as) legisladores (as) preferiram utilizar a palavra “*preferencialmente*” e não “*obrigatoriamente*”.

De acordo com Fávero, Pantoja e Montoan (2007, p. 37) na “ótica da integração é a pessoa com deficiência que tem que se adaptar à sociedade”, à escola. Mais as coisas não são bem assim, o que ocorre na inclusão é totalmente diferente, pois não é o estudante que tem que se adequar a escola, a escola que tem que se adaptar, para oferecer atender esse aluno em todas as necessidades e ajudar eles a superar é quebrar barreiras para desenvolver o seu aprendizado, “consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo” (BRASIL, 2001c, p. 29).

O que acontece muitas vezes é que as escolas em sua grande maioria é o ambiente escolar não tem estrutura para esses alunos que necessita de um ambiente adequado para atender as suas necessidades, temos leis que respalda os direitos de todos mais nem sempre na realidade isso ocorre, pois não basta colocar os alunos nas escolas, tem que ter estrutura tanto na parte da estrutura da escola como na parte das aulas, pois sem esses requisitos o trabalho de inclusão será bem mais complicado então o governo tem que inverte mais na educação.

Nos anos 90 as políticas inclusivas escolares foram tomando destaque vários documentos foram aprovados no âmbito nacional é internacional, sendo consolidadas em leis e discussões sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, que todas as pessoas com deficiência físicas, auditivas, visuais, mentais ou qualquer outro tipo de deficiência, todos tem o direito a se matricular em escolas regulares, serão levados a quebrar as barreiras que dificultam a aprendizagem, fazendo assim as pessoas com deficiência exercer os seus plenos exercício da cidadania e podendo assim ser inseridos no mundo do trabalho, e ampliando as suas capacidades, “(...) *colocar o Brasil num patamar compatível com o dos países desenvolvidos*” (BRASIL, MEC/INEP, 1997b, p. 3) .

Na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada no ano 1990 em Jomtien na Tailândia, o principal foco foi o compromisso mundial de educar todas as pessoas do planeta, no Artigo 3º- inciso 5, as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Essa Conferencia em Jomtien destacou a importância de todos os países desenvolverem uma educação adequada para atender diferentes segmentos da sociedade, inclusive, os deficientes.

Na Declaração de Salamanca (1994), foi um marco para o desenvolvimento de leis para garantir a educação para todos esses documento ganhou o mundo onde muitos países

passaram a se orientar e organizar as suas políticas dentro dessas condições do texto da Declaração de Salamanca.

“Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades”.

“O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças”. (Declaração de Salamanca, Linha I – item 7 e 8).

Devido a Declaração de Salamanca em 1994 passou a considerar a inclusão de alunos com deficiência em classes regulares uma forma avançada de democracia e gerando novas oportunidades educacionais, promovendo assim uma nova era de aceitação na sociedade que antigamente as pessoas com deficiência em muitos casos não tinham o contado com outras pessoas que não eram da sua família.

Para Mazzotta 1996 [S.I.: s.n.]:

“A Declaração de Salamanca traz importante transformação conceitual em relação aos objetivos da educação especial, modificando a forma de atendimento educacional das pessoas portadoras de deficiência, uma vez que incluem no ensino regular todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem”.

O Brasil seguindo a concepção de Educação Especial da Declaração de Salamanca, em 1994 formulou um documento pelo MEC na perspectiva inclusiva em que o documento de Políticas Nacional de Educação Especial que tinha como principal objetivo de assegurar os direitos dos portadores de deficiência. Com a ajuda desse documento o ministério da Educação desenvolve diretrizes da Educação especial, em que apoiou o sistema regular de ensino para segurá-la a inserção de portadores de deficiências, é financiar projetos e pesquisas nas instituições para desenvolver matérias e técnicas adequadas para as ações de integração.

Foi publicada também em 1994 a Política Nacional de Educação Especial, que orientava o processo de “integração instrucional” que proporciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Brasil 1994 p. 19). A Política não provocava uma reforma nas práticas educacionais valorizando as diferenças e os potenciais da aprendizagem dos alunos que

necessitam de uma educação especial no ensino comum, assim mantendo a responsabilidade da educação em desenvolver um bom trabalho com os alunos no âmbito da educação especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9.394/96, no artigo 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. LDB, Art. 58 [S.I.: s.n.].

O artigo assegura todos os direitos dos alunos que necessitam de uma educação especial, destaca que apesar de um individuo ser deficiente ele pode estudar em escolas regulares, o principal foco do artigo é o atendimento sempre que possível de alunos com deficiência em classes comuns de ensino regular em todas as faixas escolares, em que a educação especial situa como integrante do sistema educacional, não tendo uma oposição a educação comum.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. LDB, Art. 59 [S.I.: s.n.].

O artigo 59 vem complementando as necessidades e assegurando o direito dos alunos com deficiência em que destaca a importância de recursos adequados através do ensino vão adquirindo experiências é construindo seus currículos junto com o trabalho dos educadores é com a escola, destacam algumas condições básicas que tem que estar presentes na

organização da escola para que assim seja desenvolvido um bom atendimento especializado aos alunos com necessidades a uma educação especial.

Parágrafo único- “O poder público adotara com alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede publica regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo” (art. 60).

Neste parágrafo único do artigo 60 destaca que independente do apoio que o governo oferece para instituições o Poder Público tem que adotar opção preferencial para atender os educandos em escolas regulares.

O termo de educandos portadores de necessidades especiais é muito difuso devido à especificação do tipo de necessidade que se refere então pode ser considerado que boa parte da população pode ter um tipo de necessidade em especial, mas as produções teóricas mais utilizadas é a necessidade educacional especial, para esclarecer melhor a natureza das necessidades.

Mazzotta (1996) afirma que o atendimento escolar dos portadores de deficiência pode ocorrer pela via comum de ensino ou em ensino regular, que consiste nos serviços e recursos geralmente organizados para todos e pela via designada como especial, o ensino ocorre mediante a utilização de recursos e serviços especiais que geralmente não estão disponíveis nas situações comuns da educação escolar, a existência de uma deficiência não basta necessariamente, a que o seu portador possa ser bem atendido mediante os processos comuns de ensino.

No ano de 1997, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENSP, que tem a responsabilidade de gerenciar a educação especial brasileira, que impulsionou as ações educativas voltadas para as pessoas com deficiência e para as pessoas superdotadas, desenvolvendo campanhas de assistência e iniciativas isoladas do Estado.

O crescimento de classes especiais junto com as escolas públicas ocorreu com as políticas de atendimento das organizações filantrópicas, que são responsáveis pelo chamado atendimento especial que a legislação previa para os indivíduos com necessidade de uma educação especial.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define que a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, destacando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

I.III Os Fatos Importantes de 2000-2012

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Quando estabelece metas e objetivos o sistema de ensino favorece o atendimento as necessidades educacionais dos alunos especiais, ocorre um déficit na oferta de matrículas para os alunos especiais nas classes comuns do ensino regular, acessibilidade física, atendimento educacional especializado e a formação do docente.

O PNE destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Entretanto, as análises das metas estabelecidas para a educação especial denotam contradições ainda vigentes no sistema escolar ao enfatizar o incremento das classes especiais e o modelo da integração (PNE, 2001).

O Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. O Decreto tem um papel importante na educação, que exigiu uma nova interpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, são ações adotadas para promover a eliminação de barreiras que possam impedir o acesso à escolarização.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Isso torna o trabalho do educador mais fácil se ele estiver familiarizado desde sua formação com a educação inclusiva vai saber o que fazer quando se deparar com um aluno que necessita de aulas diferenciadas, com metodologias alternativas e criativas.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudióloga.

A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprovou diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003 foi implantado pelo MEC um Programa de Educação Inclusiva, que garantia o direito a diversidade para apoiar as transformações do sistema de ensino em sistema de educação inclusiva, foi sendo disseminadas por todos os municípios brasileiros as políticas de inclusão escolar nos municípios, um Programa para garantir “garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino”. (MEC, 2006).

O Ministério Público Federal em 2004 publicou uma cartilha O Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, onde o principal objetivo é de disseminar os conceitos e as diretrizes para a inclusão escolar, de reafirmar o direito dos alunos com e sem deficiência nas turmas comuns e regulares mostrando os benefícios e a aprendizagem de cada aluno.

A cartilha na página 30 diz que:

“A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência”.

Não basta apenas transformar a escola, ou seja, a educação inclusiva não é apenas uma obra nas dependências das escolas e sim um compromisso social aonde todos vão esta convivendo com as diferenças e aprendendo a respeitar as pessoas como elas são independentes de sua necessidade.

Também destaca no ano de 2004 na cartilha pagina 30 que as escolas:

“A maioria das escolas está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais)”.

O que muitas vezes falta nas escolas e recursos, ou seja, a arquitetura da maioria das escolas não tem banheiros adaptados, hoje as escolas têm rampas mais não são suficientes, os professores não sabem manusear matérias por falta de experiência, são muitas barreiras que existe até hoje, mais cada ano que passa aos poucos vai melhorando é surgindo novos

métodos e recursos para ajudar na construção do saber dos alunos que necessita de uma educação especial.

Em 2004 o Decreto nº 5.296 de Dezembro regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Que foi a implantação do Programa Brasil Acessível, vem para contribuir sobre a reflexão das obras de arquitetura das cidades se essas obras têm a preocupação de incorporar o processo de humanização dos espaços públicos, que tem que respeitar as diferenças de cada necessidade das pessoas que tem mecanismos para ajudar em sua locomoção, assegurando o acesso desses indivíduos por toda a cidade, sabe que a sociedade que tem a obrigação de se adaptar as diversidades e não excluir as pessoas deficientes do convívio dos acontecimentos do cotidiano.

A ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ano de 2006, o Brasil reconheceu o direito das pessoas que tem deficiência, sendo um dos Estados signatários, que comprometeu assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino como e destacado no Artigo 24 desse documento (ONU, 2006).

Ainda em 2006 foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pela Secretaria dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e UNESCO onde está previsto entre suas ações fomentar, no currículo da educação básica, temas relativos às pessoas com deficiência é desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2008).

Ao observar as diversas leis que foi sendo aprovadas é declarações firmadas durante esse período tanta a nível nacional como internacional, pode ser notado uma evolução na quebra de barreiras, na superação da segregação, apontando uma política de inserção de deficientes que necessitam de uma educação especial através da integração e posteriormente da inclusão.

“Algumas vezes os conceitos de Integração e Inclusão podem ser confundidos por defenderem os direitos de igualdade e do acesso ao espaço da vida comum na sociedade dessas pessoas que antigamente eram excluídas da sociedade e da educação. Porém, embora tenham significados semelhantes, “integração” e “inclusão” são termos usados para expressar situações de inserção diferentes”. (MANTOAN, 2006).

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE prevê várias ações que tem com o principal objetivo identificar é resolver os problemas que afeta a

Educação brasileira, e não permanece apenas nos problemas vai mais além inclui ações de combate a problemas sociais que muitas vezes cria barreira e inibem o ensino e a aprendizagem com qualidade, também tem como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, onde destaca a importância de salas e de recursos multifuncionais, a formação dos professores para atender melhor alunos que venham a ter dificuldades de aprender ou necessitam de uma educação especializada.

No documento do MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas são reafirmados a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

“Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino” (2007, p. 09).

Neste mesmo ano 2007 veio o Decreto nº 6.094/07 que estabelece que as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação é a garantia do acesso e permanência no ensino regular e atender as necessidades da educação especial dos alunos, dando mais força para a inclusão educacional nas escolas públicas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 que tem como objetivo assegurar o direito dos alunos com deficiência na participação e na aprendizagem em escolas regulares, independente de suas deficiências desenvolverem um trabalho para a igualdade, das condições iguais de acesso e permanência na escola é continuidade de estudos nos níveis mais elevados de ensino, disponibilizar recursos e serviços para as atividades de atendimento educacional especializado.

A confirmação pelo Brasil da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é seu Protocolo Facultativo, que foi em 2009, através do Decreto Legislativo nº186 de 09 de Julho de 2008 e do Decreto nº 6.949 de 25 de Agosto de 2009, foi um marco histórico na caminhada dos direitos humanos, sendo o primeiro tratado internacional de direitos humanos foi engraçado como um ordenamento jurídico nacional com o status de Emenda Constitucional, em termos do §3º, do art. 5º da Constituição Federal. Esta Convenção foi um novo parâmetro a determinar é estruturar a execução da política nacional da inclusão dos direitos das pessoas com deficiência, hoje na integrada ao sistema normativo brasileiro coloca novos desafios como o da implantação e o monitoramento das leis.

A Resolução nº 4 CNE/CEB de 2009, estabelece diretrizes para o atendimento da educação especial em escolas regulares, onde deve ser oferecido em turno inverso da escolarização, dando prioridade em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um projeto de lei para vigorar de 2011 a 2020, a Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.”.

Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada. Para a construção de escolas inclusivas, necessário que se repensem as políticas e as práticas que são adotadas para esse fim.

Capítulo II. UM NOVO OLHAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A Geografia possibilita o aluno a pensar o seu cotidiano, correlacionar o seu lugar no mundo, Castrogiovanni (2001b, p. 82-83) afirma que “o ensino de geografia deve priorizar a análise do espaço vivido e as práticas do espaço percebido, transpondo-as para as representações do espaço concebido”.

Assim, é um desafio para o ensino de geografia tratar do espaço cotidiano com os alunos com deficiência, sejam, visuais, auditivas, mentais, entre outras. Segundo Cavalcanti, (1998, p.10):

“É preciso que se considere, além disso, a relação entre essa ciência e sua organização para o ensino, incluindo aí a aprendizagem dos alunos conforme suas características físicas, afetivas, intelectuais, socioculturais”.

Apesar de todos os desafios o ensino de geografia tem que ser organizada para atender as necessidades de cada aluno seja essa particularidade que for.

No início década de XX a Geografia era vista como a ciência que estuda a Terra, sabe-se que no século XXI a geografia relaciona-se com a perspectiva local e global, visando estabelecer relações entre a parte social e a natural, tendo como objetivo compreender a produção social do espaço.

Segundo Callai (1999): O nosso aluno tem de ser considerado em sua plenitude, e não apenas como um aluno que está à disposição do professor e da escola para ser ensinado [...] o aluno precisa ser visto como indivíduo que vive em sociedade num determinado momento e ocupando um determinado lugar espaço [...]. O aluno com necessidade especial tem que sentir que as pessoas estão acolhendo eles, assim às pessoas com deficiência vai ser tornando um cidadão com potências e habilidades, capaz de desenvolver todos os tipos de atividades proposta pelo educador.

No ensino de Geografia é essencial, proporcionar situações de aprendizagem que valoriza as referências que o aluno tem e o espaço vivido é produzido por ele, é importante estudar o local, pois a partir daí que o aluno vai formar suas referências de estudo através de suas experiências vividas é assim entendendo a totalidade indissociável do espaço geográfico, o global.

Segundo CAVALCANTI, 2002, p. 71:

“O caminho mais adequado para desenvolver o tema de procedimentos no ensino de Geografia é o de uma reflexão inicial sobre os objetivos de ensino. Ensino é o processo de conhecimento mediado pelo professor, no qual estão envolvidos, de forma interdependente, os objetivos, os conteúdos e as formas organizativas do ensino”.

Quando os alunos com deficiência são levados a pensar em seus próprios espaços e sobre como que e as formas de vida, as condições que elas proporcionam para eles vão surgir à possibilidade deles se situar no mundo e de não se sentirem excluídas da sociedade. Segundo Freire, (2001, p. 46), “a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado”.

O ensino de geografia é muito importante, para a maioria das pessoas, pois é através do ensino que vão ter acesso ao conhecimento universal e o sistematizado, a sala de aula se torna assim um local de muita importância para o desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento científico, acima de tudo o crescimento pessoal.

Mas as escolas que não trazem meios para que os alunos estudem e aprendam em conjunto, não importa se tem deficiência ou não, assim estão criando um ambiente contra a cidadania, que é tão discutido na formação escolar.

Ainda segundo Mantoan 2005, [S.l.: s.n.]:

“A escola só consegue atingir sucesso, quando assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, e a aprendizagem é concebida e avaliada”.

O ensino de Geografia educativo crítico vai proporcionar condições que os estudantes com necessidades especiais e os estudantes “normais”, em que as relações uns com os outros ensinem e aprendam com as experiências, as pessoas aprendam a se assumir como são como seres humanos, histórico e social, como seres pensantes, criador, comunicante, transformados, que pode realizar todos os seus sonhos, basta correr atrás dos seus objetivos.

O ensino de geografia é fundamental devido às possibilidades que se tem em observar é compreender a realidade vivida, através desse espaço vivido é aonde o estudante vai se reconhecer como autor desse espaço em que ele vive independente de suas limitações, então a geografia “deve permitir que ele se percebesse como participante do espaço que estuda” (CALLAI, 2000, p. 58).

As aulas de Geografia não podem ser corridas, com muitas informações ao mesmo tempo, o excesso pode gerar nos alunos com deficiência um desgaste, as aulas pra eles vão se tornar maçantes e chatas, muitas vezes pode até desmotivar os alunos. Segundo Freire, 1989 “O intelectual tem que interagir com a realidade para não se tornar apenas um informante sem interagir e sem politizar”. Como a Geografia é uma disciplina muito ampla os saberes têm que chegar até os alunos de uma forma simples é criativa fazendo com que o aluno se interesse pela aula e entenda todo o conteúdo que esta sendo ministrado.

As aulas têm que ser voltadas mais para a realidade dos alunos, ou seja, como a Geografia é uma ciência que trata desde a origem da Terra até a organização social, assim vai esta sendo apresentado para os alunos um conteúdo mais próximo à realidade dos estudantes, as aulas pode até serem utilizadas metodologias simples, mas tem que levar o aluno a desenvolver subsídios que formule os seus próprios conceitos, ao assimilar a teoria com os acontecimentos do cotidiano do aluno, possibilita uma aprendizagem mais completa.

As aulas de Geografia para os alunos com deficiência têm que ser aulas estimuladoras, criativas, utilizando alguns recursos como: imagens, jogos, músicas, filmes, fotos, etc. Que prenda a atenção dos alunos com deficiência, o que complica um pouco o

ensino em escolas estaduais é o grande número de alunos em sala de aula, a falta de recursos didáticos adequado.

O aluno que tem necessidades educacionais especiais requer um atendimento educacional adequado, ocorrendo adaptações para que possa compreender melhor os conteúdos estudados é entender o mundo em que vive, pois na sociedade esses indivíduos vão encontrar muitos desafios pela frente, o melhor ambiente para que eles entendam a sociedade em que vive é na sala de aula. É claro que também o ensino de Geografia vai ser basear principalmente na realidade em que o aluno vive, por mais que não tenha contado com muitas pessoas esse aluno com deficiência vai ter uma idéia de sociedade então o educador tem que ensinar a Geografia partindo disso, para que assim o aluno entenda a teoria.

Para CALLAI (2000b, p. 84-85):

“Estudar e compreender o lugar, em geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais e humanas.” “Muitas vezes as explicações podem estar fora, sendo necessário buscar motivos tanto internos quanto externos para se compreender o que acontece em cada lugar”. “Compreender o lugar que se vive, permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem”. “Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas num tempo e num espaço, que pode ser o recorte de um espaço maior, mas por hipótese alguma é isolado, independente.”

Entender o lugar em que vive permite ao individuo conhecer a sua própria história e conseguir compreender as coisas que ali acontecem. Mas quando se trata de alunos que necessita de uma educação especial o educador tem que entender como que esse indivíduo vê, é entende sobre o mundo, além das relações entre as experiências dos estudantes é o conceito geográfico, a realidade tem que ser transformada em uma realidade que se adéqüe as necessidades do aluno especial.

Para uma pessoa que não tem limitações o mundo pode ser observado de uma perspectiva diferente do que uma pessoa com deficiência, pois entende e ver as coisas como elas são, identifica lugares, paisagens, grupos sócias, tamanhos, dimensões, tem percepção simultânea, já uma pessoa com deficiência tem a percepção de formas diferentes isso depende de sua limitação, assim vão construindo o mundo em cima de percepções auditivo, olfativo e o tato, em alguns casos a sua principal ferramenta é seu corpo, por esse motivo que a Geografia é muito importante, pois assim as pessoas que possuem limitações vão saber que apesar de suas deficiências elas fazem parte da sociedade, que podem estudar é trabalhar como qualquer outra pessoa.

O aluno que tem limitações tem que entender que o ensino de Geografia esta na organização dos espaços, em casa, na família, nas ações da sociedade, na cidade, no estado, no país e no mundo, resumindo é tudo aquilo que eles estão vivendo, até mesmo as histórias que são contadas pela sua família sobre os acontecimentos, é a melhor forma de se trabalhar esses espaços é as escalas, levando o aluno mesmo a relacionar a sua vivencia com a teoria.

Quando o ensino de Geografia é desenvolvido partindo dos fatos reais do aluno com deficiência, eles serão estimulados a refletir, a desenvolver sua criatividade, assim vai ter uma percepção das contradições e a proposição de ações. SANTOS (1995) enfatiza que “É preciso, ainda, propiciar a os alunos o desenvolvimento de um modo de pensar dialético, que é um pensar em movimento e por contradição”.

O ensino de Geografia tem que ir em busca de uma metodologia que visa a motivação dos alunos com deficiência para que assim entendam o mundo em que vivem, eles também são participantes ativos, não importam as dificuldades as limitações que eles possuem mesmo não sendo “normais”, podem agir socialmente, a partir do que aprendem na escola e em casa.

Surge a necessidade de repensar, ter estratégias diferentes, rever a prática pedagógica, desenvolver atividades favoráveis às condições de cada aluno, baseados nos conhecimentos prévios dos alunos. No processo de construção do conhecimento, tem que ser garantido o acesso é a permanência dos alunos deficientes na busca pela qualidade do ensino.

Os alunos deficientes têm que se sentir respeitado no sentido de participação nas atividades que acontecem na escola, pois a escola é o espaço que vão ser acolhidos para adquirir conhecimento, que vão aprender entender e refletir sobre a segregação, o preconceito, limitações é possibilidades.

“Hoje é necessário garantir a esses alunos a possibilidade de realizarem atividades sociais com autonomia própria da idade real destes; caso contrário, a representação de papéis sociais correspondentes à: idade, gênero e cultura perdem total significado, uma vez que, o trabalho pedagógico com esses alunos deverá empenhar-se no sentido de promover a autonomia nos mesmos”. Mantoan, (1998, p.1).

O ensino de Geografia vai se estabelecendo na vida de uma pessoa a partir do momento que o sujeito valoriza as suas diferenças e a sua identidade em que irá estabelecer relações com o seu cotidiano, através da troca de conhecimento e das experiências vividas, isso ocorre em sala de aula, quando as pessoas que não possui limitações entendem que apesar de um indivíduo ter deficiência as pessoas que não necessita de uma educação especial podem aprender muitas coisas com um ou vários colegas de sala que tenha algum tipo de limitação.

“Um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”. Santos (1997, p. 15).

Um olhar geográfico dos alunos significa analisar e compreender o mundo com o olhar espacial, com esse olhar o aluno com deficiência vai compreender o mundo em que vive, saber sobre as dinâmicas sociais, entender as relações do homem é a política, condições e limitações, as possibilidades, são varias coisas que os alunos com deficiência vão entender.

“O olhar espacial supõe desencadear o estudo de determinada realidade social verificando as marcas inscritas nesse espaço. O modo como se distribuem os fenômenos e a disposição espacial que assumem representam muitas questões, que por não serem visíveis têm que ser descortinadas, analisadas através daquilo que a organização espacial está mostrando”. Callai (2000a, p. 24).

Mas para que os alunos com deficiência sejam inseridos nas escolas regulares em alguns casos tem que ocorrer uma reorganização de algumas ações e metodologia para que melhore o aprendizado e o ensino.

Assim as escolas apropriando dos novos conhecimentos sobre a deficiência é o aprendizado, terão condições de trabalhar em conjunto com os pais, com isso junto vão poder melhorar o meio em que o aluno esta inserido, vão poder reduzir e até eliminar os obstáculos que vão surgindo sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares.

O ensino de Geografia é aquele que as pessoas aprendem a se orientar, os alunos que tem deficiência vão entender como procurar um ponto de referencia, a direção do sol, entender que podem atribuir o que aprenderam em seu dia-a-dia, tal como qual a melhor localização no terreno para construir uma casa vai aprender a utilizar um mapa, mesmo que sejam mapas táteis o educador pode ensinar o aluno a olhar os mapas pelo tato. A Geografia esta na vida prática de todos, é tudo que vivemos no nosso cotidiano.

“Ao construir o seu conhecimento estará aproveitando os conteúdos de geografia para a sua formação, para ser um cidadão no sentido pleno da palavra. O conhecimento não brota da realidade, mas todo o aluno tem um conhecimento que vem de casa, e a função da escola e da geografia é fazer com que ele supere o senso comum, ao fazer confrontação da sua realidade concreta com o conhecimento cientificamente produzido”. Callai (2001, pg.62).

A Geografia é uma disciplina que ao mesmo tempo estuda o passado desenvolvendo teorias para o futuro, estudando a realidade, ou seja, estuda e discute o que está acontecendo no nosso cotidiano, assim vai aparecendo possíveis soluções para os problemas que estão acontecendo no presente para que não ocorra no futuro das novas gerações. *Callai (2003, p. 60)* a “educação geográfica não é para a escola, ou para os professores, mas é com certeza para que cada um se entenda como sujeito da sua história ao viver a sua vida e produzir o seu espaço”.

Quando se deparam com alunos deficientes que necessita de aulas diferenciadas para que esses possam acompanhar a turma é a falta de informação do assunto inclusão, em que os educadores se deparam em um dilema o que fazer nessa hora, mesmo com esse mundo globalizado esses assuntos se tornam um “tabu”, pois em muitos casos os nossos educadores ainda não estão preparados para desenvolver aulas para alunos vêem o mundo de uma forma diferente, ou até mesmo vivem em um mundo paralelo, não tem suporte, muitas vezes os educadores se tornam verdadeiro mágicos, que apesar de todas as dificuldades que existe sempre ter esperança de que tudo vai melhorar e que a educação brasileira um dia vai ser bem melhor do que é hoje.

“A Geografia é uma ciência social. Ao ser estudada, tem de considerar o aluno e a sociedade em que vive. Não pode ser uma coisa alheia, distante, desconhecida da realidade. Não pode ser um amontoado de assuntos, ou lugares (parte do espaço), onde os temas são soltos, sempre defasados ou de difícil (e muitas vezes inacessível) compreensão pelos alunos. Não pode ser feita apenas de descrição de lugares distantes ou de fragmentos do espaço.” *CALLAI, (2003, p. 57)*.

O ensino é aprendizagem de geografia é fundamental que se utilize material didático que não permaneça apenas na escrita, imagens são fundamentais para determinadas limitações, a música também pode ser usada como ferramenta de apoio para associar as informações com a realidade, também tem novas tecnologias que se a escola possuir esses mecanismos pode ajudar bastante, mas também o uso de maquetes, murais e mapas, atividades dinâmicas, são fundamentais para o ensino de Geografia.

“Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou da rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural”. *Santos, (1988, p. 98)*.

Esse lugar que Milton Santos se refere pode interpretar que é o ensino de Geografia, a sala de aula se torna um ambiente onde os alunos que tem deficiência é os de mais vão

poder estudar o passado, o futuro tudo ao mesmo tempo, os alunos vão trocando experiências, entendendo que dentro de um espaço pode ocorrer varias ações diferentes, quando a escola tem um aluno que necessita de uma educação especial, eles organizam sua pedagogia, metodologia, os materiais didáticos entre outras coisas. É na escola que os alunos têm vivências nova fora de sua casa é da família, a construção do seu dia-a-dia.

Os alunos que tem deficiências essas suas limitações muitas vezes o órgão afetado pela deficiência prejudica a estimulação, mas cabe ao educador preparar aulas com antecedência para que através dessas possam desenvolver aulas que os alunos podem estimular os outros órgãos, assim amenizando as limitações que foram causadas pela deficiência.

A aprendizagem é o ensino de Geografia proporcionam um espaço que os alunos podem exercer a cidadania, ter oportunidade de ter o acesso a diversos saberes, o que se entende por cidadania é o conjunto de direitos e deveres que uma pessoa que exercer na sociedade em que vive. Na escola as pessoas vão adquirir experiências para se tornarem cidadãos que exige os seus direitos, reivindicam os seus interesses, então é na escola que vão se transformando em consciente e vão estar bem informados dos valores e conhecimentos.

Atividades dinâmicas e as brincadeiras educativas podem ser proporcionar a construção de uma nova noção, podem também representar é organizar a orientação espacial. Os alunos com deficiência têm condições motoras e visuais são estimulados a criar mapas de determinados lugares que costumam ir, assim aprendem a fazer uma leitura crítica da representação cartográfica, adaptando suas experiências e informações para o uso do cotidiano.

“Ensinar geografia implica desenvolver o mesmo método que ela usa na construção do conhecimento geográfico que está em contínua transformação. Ensinar geografia significa dar conta do processo que levou à atual organização do espaço, e este é adequado à realização do trabalho, sendo modificado com a finalidade de atender essa exigência. Portanto, o ensino não pode ocorrer através da transmissão de conteúdos programados e subdivididos por séries.” (Almeida, 1991, p.83-90)

É um grande desafio atender a demanda da diversidade das necessidades dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, é o grande desafio de ensinar Geografia. Não ser resume apenas em observar o espaço que o homem produz em geografia, é necessário que os alunos percebam que os espaços são diferentes é desiguais, a sociedade também segue essa logística que ao mesmo tempo tem coisas iguais, tem coisas diferentes, têm espaços paralelos em que ira apresentar a desigualdade e a igualdade.

Tem que ser repensado é adequada à grade curricular, conteúdo, materiais didático e pedagógico para que contemple os alunos com deficiências, a educação inclusiva necessita de todos esses suportes de reorganização, essas conquistas têm que chegar a atingir os Projetos Políticos Pedagógicos.

“Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades”. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. “As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Isto é tarefa de educadores e educadoras progressistas cumprir, dentro e fora das escolas.” Freire, (1996, p. 99-100).

Surge então a necessidade de uma reforma do ensino em todos os níveis, se realmente desejamos uma “Escola para Todos”, tem que ser criado os contextos educacionais, para que assim garanta as mudanças necessárias para que a escola se modifique e transforme a aprendizagem é o ensino para “todos”, assim respeitando as diferenças de cada um.

A escola nunca foi um lugar igual aos outros, é mais um lugar de diferenças, na educação inclusiva, tem que ser incluído todos os alunos, mais respeitando a particularidade de cada um, sabemos que cada pessoa possui habilidades diferentes, potenciais e dificuldades diferentes ou iguais, cada pessoa tem sua própria identidade. Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

“A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos” (SASSAKI, 1997, p.3).

A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino surge à necessidade de desenvolver maneiras que esses alunos entendem e aprendam, atendendo suas especificidades é os métodos que o professor vai utilizar para a possibilidade de uma aprendizagem significativa de todos os alunos com ou sem deficiência.

“Neste sentido este processo requer sistemas educacionais organizados que ofereçam respostas adequadas às diversas características e necessidades de seus educandos” (CARVALHO, 1994).

É claro que são inúmeros os desafios, são muitos problemas a serem resolvidos, não existe ainda uma receita milagrosa para resolver todos os problemas e situações que vão

surgindo, o que é imprescindível para a educação inclusiva é a coragem a frente dos desafios, sendo assim é um teste para cada funcionário da escola que faz ou fará parte do desafio da educação inclusiva.

II. I O Ensino de Geografia para alunos com deficiência visual

A Geografia é uma ciência que faz com que o homem entenda a sua realidade e o que cerca, os alunos vão entendendo o espaço em que vivem, assim vão entendendo das duas partes da Geografia a física é a humana, auxiliando assim no entendimento das mudanças que foi ou estão ou vão ser provocadas pelo homem no meio ambiente.

Segundo os PCN's 1997 [S.I.: s.n.]:

“Adquirir conhecimentos básicos de Geografia é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como as de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e especializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção de seu espaço geográfico”.

A escola inclusiva tem que reconhecer é atender as diversidades e dificuldades de seus alunos, assim respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, tem que oferecer uma educação de qualidade para todos através de currículos adequados, organização e estratégia de ensino, recursos didáticos, organização na estrutura escolar e uma parceria com a comunidade. Na busca de um ensino de qualidade para “todos”, a escola tem que ter um novo posicionamento, atualização, reestruturação das condições, assim o ensino vai se renovar é os educadores têm que se aperfeiçoar, reformulando e adequando as ações pedagógicas a diversidade de aprendizagem.

O ensino de Geografia torna-se fundamental quando possibilita a observação é a compreensão de nossa realidade, do espaço, dessa forma o aluno cego vai adquirir a capacidade de aprender a analisar, perceber é reconhecer o espaço vivido, dessa forma vai entender que ele é o sujeito e autor desse espaço, que a Geografia irá mostrar para esses alunos que mesmo com suas limitações eles têm o direito de aprender e se desenvolver é de tornarem cidadãos analíticos e críticos.

Quando o aluno com deficiência visual entende o espaço é importante, pois a compreensão do espaço lhe concede autonomia, mais o espaço observado pelo aluno cego não se dá pela visão. As pessoas que enxergam reconhecem a realidade pela visão de signos, mas

uma pessoa cega analisa o espaço ou um espaço, em sua mente ao observar um espaço elabora em sua mente uma seqüência linear de dados sobre o local, assim permite que compreenda o que esta sendo explorado.

O que tem que ser repensado é a forma de apresentação desse espaço geográfico para aluno com deficiência visual, estabelecendo uma relação entre as experiências dos estudantes e os conceitos de geográficos, também surge à necessidade de refletir sobre a possibilidade de transpor a realidade para uma realidade que seja lida através das mãos.

Conforme afirma Almeida (2001, p.11):

“Conhecer como as crianças percebem e representam o espaço pode auxiliar muito o trabalho docente. Especialmente na preparação de atividades de ensino que contribuam para a aquisição gradativa de diferentes modos de representação espacial, cada vez mais próximos daqueles dos adultos”.

Muitas vezes em sala de aula as explicações oralizadas não são o suficiente é clara para descrever determinados assuntos e conceitos de geografia, que para entender melhor a pessoa necessita ver, como é o caso das ilhas como conceituar uma ilha para um sujeito cego, é um pouco complicado, vai ser falo que é uma porção de terra que é cercada por água, o que o aluno vai entender que tem água em todas as extremidades, é claro que desafios vão surgir nessa hora de ministrar uma aula para uma pessoa que não enxerga.

Segundo Parâmetros Curriculares Nacionais:

“(...) deve ter propostas claras sobre o que, quando e como ensinar e avaliar, a fim de possibilitar o planejamento de atividades de ensino para a aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos. É a partir dessas determinações que o professor elabora a programação diária de sala de aula e organiza sua intervenção de maneira a propor situações de aprendizagem ajustadas às capacidades cognitivas dos alunos” (BRASIL, 1997, p. 39).

Tem que ocorrer no desenvolvimento das aulas de geografia uma organização de prioridades, tendo propostas claras para que os alunos que necessita de uma educação especial possa entender da melhor forma possível o conteúdo estudado, tem alunos que não conseguem fazer as mesmas avaliações que os outros alunos faz, as avaliações é atividades têm que ser feitas de maneiras diferenciadas ou orais, atividades manuais, desenhadas, entre outras coisas.

Um grande problema que temos hoje no Brasil é os recursos didáticos pedagógicos no ensino de Geografia mostram-se ultrapassados e ineficientes para dar suporte para a acessibilidade é levar o conhecimento para as pessoas cegas, os mapas e livros didáticos ainda são direcionados para as pessoas que enxerga, é muito complicado o acesso a materiais táteis. Os Parâmetros Curriculares Nacionais colocam que “(...) não é a aprendizagem que deve se

ajustar ao ensino, mas sim o ensino que deve potencializar a aprendizagem” (BRASIL, 1997, p.39).

Tem que ser desenvolvido atividades em alto relevo para que os alunos entendam se localizar e vão construindo a sua aprendizagem, desenvolver mapas com pontos específicos do ambiente escolar também é uma saída, utilizar os símbolos que representa cada terminologia da Geografia.

“Podemos organizar três momentos nesse processo: tarefas operatórias: para a construção de pré-aprendizagens, que facilitarão a leitura de mapas. São elas as atividades de orientação, observação de pontos de referência, localização com a utilização de retas coordenadas como pontos de referência, coordenação de pontos de vista, proporcionalidade, conservação de forma, tamanho e comprimento; atividades de decodificação do cotidiano: para o exercício da função simbólica no mapeamento; leitura propriamente dita: decodificar, ligando o significante e o significado para melhor compreensão”. Almeida e Passini (1989, p.24).

Para que os alunos com deficiência visual compreendam a forma real e as informações do ensino de Geografia têm que ser desenvolvidas aulas que desenvolva as habilidades dos alunos é não permaneça apenas em diálogos, os alunos cegos têm que sentir determinadas coisas para entender o conteúdo, pode ser desenvolvido atividades que utilize alguns objetos chaves que os alunos podem relacionar o que está tocando com a teoria que está estudando.

O ensino de Geografia é praticamente todo visual, então o que utilizar quando se trata de uns alunos com deficiência visual ou baixa visão, tem que ser construídos ou adaptados materiais didáticos voltados para a realidade dos alunos cegos materiais tátil e multidisciplinar, os mesmos se transformarem em procedimentos que podem ser ajustados para ocorrer à interdisciplinaridade. Segundo *Almeida (2007)*, “uma pessoa que apresenta deficiência visual não pode dispensar desse meio de comunicação, que adaptado ao tato, ajuda na organização de suas imagens espaciais internas”.

Os recursos a serem utilizados têm que ser aqueles que tornem as imagens ou figuras na forma de relevo, já os alunos de baixa visão tem que ampliar o material escrito.

As aulas têm que ser desenvolvidas para que seja cada vez mais fácil é acessível o ensino de Geografia para deficientes visual, algumas sugestões de elaboração de materiais simples:

- Materiais que pode confeccionar atividades para melhorar a aprendizagem dos alunos cegos, tais como: botões, barbantes, cartolinas, chapinhas, palitos de fósforos e de picolé, entre outros;

- Os recursos devem atender tanto o aluno cego como os outros alunos para que nenhum se ache excluído da atividade;
- É interessante que o aluno cego tenha um gravador em mãos para assimilar bem o conteúdo;
- Se o aluno puder para que fique melhor pra ele será interessante que aprenda a manusear a maquina de escrever, para que se torne a sua caneta, e claro que hoje vivemos na era da tecnologia, mas em alguns casos da maquina de escrever sai mais em conta do que os computadores para pessoas com cegueira;
- Livros didáticos que vem acompanhado por CD's, ou DVD, qualquer mecanismo de comunicação que seja para ouvir.

O aluno tem que ser estimulado a desenvolver é explorar o máximo do seu potencial, suas habilidades, segundo o Ministério da Educação “O processo de aprendizagem se fará através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), (...)” (BRASIL, 2005, p. 17).

É necessário para os estudantes com deficiência visual que a escola disponibilize na disciplina de Geografia, material cartográfico tátil ou adaptado ao tato, pois assim a cartográfica tátil vai dar suporte para o aluno e o educador, atendendo as necessidades do aluno com deficiência visual.

O mapa tátil possibilita a compreensão dos fenômenos espaciais, naturais, sociais, são produzidos com objetivos de permitir a leitura das pessoas deficientes visuais, é um instrumento que ajuda o aluno com deficiência visual a compreender o mundo em que vive, é são confeccionados para atender a duas necessidades para a mobilidade de pessoas com deficiência visual e para orientação educacional.

“Uma pessoa que apresenta deficiência visual não pode dispensar desse meio de comunicação, que adaptado ao tato, ajuda na organização de suas imagens espaciais internas. Assim surge a necessidade de adaptar para dar oportunidade para a pessoa deficiente visual igual às das pessoas que enxergam”. ALMEIDA (2007, p.120).

Para a autora destaca que esses materiais cartográficos táteis são complicados devidos esses materiais serem muito limitado, é isso que comprometi um pouco o ensino inclusivo a falta de recursos adequados.

Mais por outro lado o educador pode utilizar colas ou barbantes para ficar em alto relevo a gravura ou o mapa, o educador vai seguindo as linhas do desenho ou gravura, o aluno com deficiência visual poderá entender o que esta sendo estudado, mais não é apenas os mapas que pode ser readaptado para o ensino de Geografia, o educador pode utilizar alguns

países para mais ou menos mostrar a textura de certas coisas, utilizarem as rochas mesmo para que o aluno deficiente visual sentir a textura de cada rocha.

“Toda a deficiência, seja ela física, auditiva, mental ou visual, é considerada como uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive assim as escolas tem que criar condições para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades disponibilizados às pessoas que não tem nenhuma deficiência”. Carvalho, 2008, [S.I.: s.n.].

Um dos grandes desafios da educação inclusiva para deficientes é a busca de melhores estratégias para que as pessoas possam aprender das diferentes matérias que vão sendo ensinadas, assim facilitara a sua formação para a inserção na sociedade.

Desenvolvendo aulas com estudos da simbologia em diferentes escalas e temáticas tende a facilitar o ensino de Geografia para alunos com deficiência visual e auditiva até mesmo aqueles que não apresentam nenhuma deficiência, surgindo assim à oportunidade de experimentar o lúdico no desenvolvimento da aprendizagem. Segundo Vygotsky, o psicólogo descreve em suas teorias, como por exemplo: “através da inserção na cultura e da participação no processo de construção histórica, a criança portadora de deficiência assimila as formas sociais de atuação, as internaliza e interage como sujeito histórico.”

II. II O Ensino de Geografia para alunos com deficiência auditiva

Para que o aluno com deficiência auditiva possa desenvolver é adquirir conhecimento geográfico, que proporcione e possibilita um espaço que eles possam exercer a sua cidadania e ter acesso aos diversos e diferentes saberes, construindo assim um espaço onde os alunos desenvolvam suas habilidades e entendam como funciona o mundo em que vive.

“O ensino de geografia contribui para a formação da cidadania através da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade crianças e jovem compreenderem o mundo em que vive e atuam numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas”. (CAVALCANTI, 2005, pg.47).

A educação inclusiva possibilita a cidadania para todas as pessoas incluindo as pessoas com deficiência, pois são incluídos no ensino regular, têm que ser dadas condições apropriadas, nesse caso especialmente na linguagem de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais.) em conjunto com o português em que o aluno terá acesso a duas línguas.

Para que os alunos deficientes auditivos aprendam Geografia, tem que ser desenvolvido um trabalho que valorize a memória visual, sendo utilizados diversos recursos, como: imagens, fotos, paisagens, revistas, livros e os sinais em LIBRAS, para que o aluno entenda, mais se o professor não souber os sinais tem que ser disponibilizado um monitor que fale em LIBRA. Lima (2006,p.62) enfatiza que: “(...) o surdo não pode ouvir ou falar da mesma maneira que o ouvinte – ele ouve como os olhos e fala com as mãos, embora dispondo de outra linguagem (LIBRAS) por meio do qual se comunica.”

Claro que não é tão simples assim a aprendizagem dos alunos surdos, muitas vezes não dominam a leitura e a escrita, também a sua própria língua de sinais. Uma saída para driblar esses obstáculos vai ser na hora de desenvolver e organizar as aulas o educador, vai ter que explorar de varias formas diferentes os conceitos geográficos e levando a teoria para a realidade do aluno.

Lima (2006, p.37) aponta que: “É importante que esse acolhimento não seja meramente formal, o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades.” Surgi assim à discussão que a escola tem que esta preparada para receber os alunos com deficiência, é que a escola não seja apenas um deposito de pessoas de todos os tipos, com deficiência ou sem deficiência, como era no passado e não é uma realidade tão distante assim.

É fundamental no estudo de Geografia que ocorra situações de aprendizagem que valorize as experiências dos alunos no que se refere ao espaço vivido e produzido, em Geografia estuda-se o local para que o aluno forme a partir de suas referencias, entenda a totalidade do espaço geográfico.

Quando se pensa em ensino de Geografia como uma disciplina fundamental para a leitura sobre o cotidiano, tem que ter um domínio e um entendimento instrumental sobre os conceitos geográficos que revela os fenômenos físicos e humanos. Segundo Cavalcanti (2002, p.39) “por ser uma forma de representar análises e sínteses geográficas, por permitir a leitura de acontecimentos, fatos e fenômenos geográficos pela sua localização e pela explicação dessa localização, permitindo sua espacialização”.

É necessário que os alunos surdos aprendam a definir a espacialização em varias dimensões, assim tendo a capacidade de analisar e relacionar as contradições e os conflitos da sociedade no cotidiano, indo em busca da compreensão da realidade refletindo sobre as diferenças de lugares e da sociedade, segundo CAVALCANTE (1998) o ensino de geografia tem que levar o aluno a compreender a realidade em que vive do ponto de vista de sua espacialidade, ou seja, o espaço geográfico é o espaço em que ele esta inserido.

Os recursos visuais facilitam a percepção dos alunos com surdez, também utilizando essas ferramentas as aulas se tornam mais atrativas e interessantes para todos os alunos, as cores fortes e vibrantes faz com as pessoas se interessem. Segundo CALLAI (1998), o aluno não fica apenas na memorização, quando o aluno perceber que o espaço é construído por todos os homens e que a sociedade é responsável por este espaço, compreenderá os espaços e as estruturas mais distintas.

Segundo a Secretaria de Educação Especial/MEC BRASIL, (1998, p.33):

“A Geografia trabalha com imagens, recorre a diferentes linguagens na busca de informações e como forma de expressar suas interpretações, hipóteses e conceitos. Pede uma cartografia conceitual, apoiada em fusão de múltiplos tempos e em linguagem específica, que faça da localização e da espacialização uma referência da leitura das paisagens e seus movimentos.”

As aulas têm que ser mais visual, para que assim o aluno surdo se interesse pela aula, pois quando a pessoa vir uma imagem automaticamente essa vai relacionar o conceito com a realidade vivida, além disso, vai aprender muito mais do que a repetição das palavras. Tem que trazer para as aulas dos alunos surdos, gravuras, fotos, desenhos, maquetes, mapas conceituais, fluxogramas, organogramas, vai ser uma aula interessante, estimuladora, com recursos visuais com maior entendimento do conteúdo estudado.

Hoje sabemos que a maioria das escolas tem laboratório de informática, o computador é atrativo, pois com auxílio da internet, mesmo não dominando muito bem o português podem visualizar imagens, gráficos, mapas coisas que relaciona o ensino de Geografia. Segundo Vygotsky não devemos focar nos aspectos negativos da doença, mas nas *“características positivas que as constituem como pessoa”*.

Se o livro didático de Geografia vier acompanhado de CD-ROM ilustrativo é um ótimo apoio para o educador, filmes também é um recurso bom, pode ser colocada a legenda, o aluno vai compreender e relacionar o filme com o conteúdo estudado. O data-show também auxilia bastante na hora das aulas, o computador e a TV podem traduzir a linguagem para a linguagem de sinais em tempo real.

O aluno surdo entende e compreende bem todo o conteúdo de Geografia desde que o educador o estimule a aprender e compreender, com atividades diversificadas que prenda atenção desse aluno, pois um dos melhores sentidos desse aluno é a visão, então, sobretudo é um nato observador, uma das habilidades essenciais no processo de alfabetização geografia é a observação.

As aulas têm que ser desenvolvidas para que seja cada vez mais fácil e acessível o ensino de Geografia para deficientes auditivos, algumas sugestões:

- O educador vai ter que criar materiais didáticos, mais ilustrativos, para melhorar, fortalecer e enriquecer as aulas e a aprendizagem do aluno surdo;
- As aulas têm que ser divertidas e estimuladoras e criativas
- Se a escola tiver algum monitor intérprete, o professor regente de Geografia compartilhar com o intérprete o conteúdo da aula, assim o monitor já vai estar por dentro de todo o conteúdo que vai ser ministrado;
- Demonstrar para o aluno surdo que mesmo com a sua limitação ele faz parte do grupo (sala de aula), para que ele não se sinta excluído de nada;
- O professor tem que sempre estar preocupado com a fala, pois o aluno pode fazer leitura labial, e se for uma professora usar batom, pois assim vai melhorar a visualização dos lábios favorecendo a leitura labial;
- E se o professor tiver bigode tem que tirar para facilitar a observação do aluno surdo na leitura labial;
- O aluno surdo tem que sempre sentar na carteira da frente.

É claro que as ações parecem ser complicadas, pois uma sala de aula com mais ou menos 40 alunos, em que muitas vezes vai apresentar apenas um ou dois alunos com deficiência auditiva ou qualquer outra deficiência, tem que ser reorganizar por causa de uma pequena maioria é uma situação complicada de entender, mais mesmo assim essas pessoas são respaldadas por leis que garantem o seu direito de estudar em escolas regulares públicas, são tantas as dificuldades da inclusão escolar inerente ao cotidiano da escola, a falta muitas vezes de recursos tanto matérias como na estrutura da escola que muitas vezes é apenas para pessoas que não tem deficiência, professores que não estão preparados para ministrar aulas para deficientes, são coisas que causam barreiras, e dificulta a ideia de inclusão escolar, Mantoan (2001, p. 19), nos indica que: “A inclusão necessita de professores especializados em todos os alunos. Eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas, e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim”.

É claro que a visão de uma inclusão completa ainda é de cunho bastante futurista, se formos olhar na realidade e na perspectiva de hoje, mais temos que firmar as nossas convicções de que apesar de tudo somos iguais que temos que ir em busca de uma sociedade de igualdades e de oportunidades para todos, sem que tenha exploração de ninguém, que não

haja apenas o eu, ou seja, uma sociedade que favorece sempre o indivíduo, é não o eu, sendo considerado como parte da formação e construção de uma sociedade justa e igualitária.

O que mudou o ensino de Geografia foi o mundo, a ciência procurou acompanhar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, a Geografia no sistema escolar tenta explicar da melhor forma os acontecimentos do mundo em que vivemos, auxilia e ajuda o aluno a compreender a realidade da sociedade e do ambiente natural, por isso que surge a importância do ensino e do aprendizado para todos, é necessidade dos professores de Geografia atuarem de maneira que desenvolva a Educação Inclusiva.

III. O AMBIENTE ESCOLAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA

A escola é um espaço coletivo que deixa experiência de vida, é o local de transformações e descobertas, fica ligada à memória, as pessoas aprendem e trocam experiências, descobrem estilos, tribos, grupos sociais, ambiente de relações, de aprendizado. O espaço físico da escola também é fundamental para esses desenvolvimentos, e é necessário que atenda a todos, é um bem coletivo, é o lugar que as crianças, jovens e adultos vão se tornando cidadãos, através de seus estudos, desenvolvendo suas habilidades e os seus potenciais. É todas as pessoas tem que entender que:

“A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o “pertencer” é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado”. (N.Kunc, 1992 apud SASSAKI, 1999).

Independente de qualquer tipo de deficiência, todas as pessoas tem o direito de acesso à educação, lazer, saúde e de trabalhar, tem que ocorrer a inserção social, para que todas as pessoas possam desenvolver uma vida saudável e surgir assim uma sociedade inclusiva.

“Educação Inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade, em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva com os membros plenos da sociedade”. (Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional, 1994 apud Sasaki, 1999).

As leis apesar de indicarem e assegurarem as pessoas com deficiência a ter acessibilidade nas escolas, nem sempre isso acontece na prática, e por ser um assunto atual,

muitas pessoas ainda não tem muito conhecimento sobre a inclusão é a sua importância para os mesmos, ainda existe uma desvalorização das pessoas com deficiência na sociedade.

O termo acessibilidade segundo a legislação brasileira, segurança à autonomia, possibilidade é condições, alcançar, utilizar, espaço de mobilidades é equipamentos urbanos, transporte, meios de comunicação, é importante para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei Federal 10.098 de 19/12/2000 “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”.

A acessibilidade é um direito assegurado por lei para toda a sociedade, que é a oportunidade de acesso aos espaços sociais, tais como: museus, teatros, escolas, universidades, entre outros, as pessoas que também não tem deficiência física mais necessita também de mecanismos que auxilia nas suas limitações ou dificuldades. É possibilita de se relacionar com o ambiente em que se vive, com isso não se limita nas barreiras arquitetônicas, o acesso ao ambiente escolar é essencial é fundamental para a inclusão, para pessoas que tem deficiência, e apresentam limitações em alguns casos na hora de se locomover.

A acessibilidade não é apenas para pessoas com limitações e deficiência, mas sim para todos, que assim podem desfrutar no dia-a-dia o seu direito de ir e vir. Como foi dito antes a inclusão tem como principal objetivo de oferecer uma educação para todos, pois não são apenas os alunos com deficiência que são excluídos, e a educação é pra todos.

“Através da inclusão, pretende-se oferecer qualidade de educação para todos, pois, conforme as estatísticas, os excluídos não são apenas os alunos com necessidades especiais. Dessa maneira, transpõem-se barreiras, buscando todas as formas de acessibilidade e de apoio, assegurando e garantindo o acesso, ingresso e permanência bem sucedida dos alunos em ambientes de ensino. Para tanto, remover os obstáculos implica em conhecê-los e identificar os fatores que a eles estão ligados. Na aprendizagem, as barreiras são referidas à construção do conhecimento, que integram os aprendizes e seus educadores, implicando em um trabalho coletivo na busca pelo aprendizado”. Carvalho, (2004, p72-73).

A autora destaca a importância de associar a inclusão é o acesso do ambiente ideal, que a escola tem que assegurar o direito é um bom atendimento para os alunos com deficiência, assim vão saber que apesar de suas limitações podem e fazem parte da sociedade, mesmo que tenha alguma deficiência, como todos iguais.

As barreiras arquitetônicas que as pessoas que necessita de uma acessibilidade especial em determinados espaços da sociedade enfrentam, torna um pouco difícil o acesso a

determinados locais, temos também a barreira da rejeição que é exercida pela sociedade, que muitas vezes deixam de lado os seus defeitos que se acham superiores a uma pessoa que necessita de uma atenção, também esquecem que todos nós somos seres humanos e que cada um tem o seu limite. Sendo assim é importante que a escola garanta um atendimento adequado.

É importante identificar os obstáculos e não criar novas barreiras no ambiente escolar no local em que as atividades acontecem, a inclusão naturalmente vai dar a mesma oportunidade de uso dos espaços comuns para todas as pessoas usufruírem do espaço comum com autonomia e independência, assim as pessoas vão estar exercendo a sua cidadania.

A sociedade em sua grande maioria ainda não sabe como tratar uma pessoa com deficiência, ficam estaqueados e utilizando nomenclaturas antigas ou termos que não são atuais da área, isso também acontece nas escolas com o corpo docente, e segundo Sasaki (2003) não existe um único termo correto para se nomear uma pessoa com deficiência, pois a cada época a terminologia apresenta-se compatível com valores vigentes da sociedade, fazendo com que estes termos evoluam, influenciando o tratamento que as pessoas sem deficiência possuem em relação às pessoas com este ou aquele tipo de deficiência.

Esse problema de acessibilidade no ambiente escolar não é recente, o espaço físico escolar não favorece a locomoção das pessoas com deficiência que necessita de condições adequadas para se deslocar na escola, é o que acontece a falta desses mecanismos que facilita a locomoção os faz ficarem totalmente dependentes de outras pessoas para as situações mais simples do cotidiano escolar.

É preciso ser compreendido e respeitado o direito de ir e vir das pessoas que necessitam de rampas, portas largas, as que não têm acesso a sala de aula, não podem ler um livro impresso, ou até mesmo não compreendem auditivamente o que o educador está explicando, são muitos os obstáculos que dificultam e impedem a locomoção das pessoas que possuem alguma incapacidade.

Sem instalações adequadas não pode ser desenvolvido um bom trabalho educativo, o prédio escolar é a base física para qualquer programa educacional, um dos recursos indispensáveis para a realização de um plano de ensino adequado de boa qualidade.

“A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais”. Sasaki, (1999, pg.42).

Freire (1983) em sua Educação é Mudança destaca a luta contra todos os tipos de discriminações sociais, que destacou a importância da educação como um caminho essencial para a descentralização social e política do povo, que visa e prever uma educação voltada para a libertação dessas barreiras, que estimule as pessoas independentemente de suas limitações, de independência, de criatividade, habilidades e potenciais, onde as pessoas vão entender e se acostumar a viver com o novo.

Estamos em busca de uma sociedade mais justa, que as pessoas se conscientizem e adquira uma consciência de que todas as pessoas são iguais tem particularidade que as tornem diferente, como suas limitações e capacidades de superação.

A realidade das escolas públicas brasileiras não é o que está em lei, as escolas públicas que foram observadas nenhuma segue o padrão da norma e das leis educacionais de ensino de acessibilidade são cumpridas na realidade, as escolas tem apenas rampas de acesso na entrada o que não é o suficiente para atender as necessidades dos alunos com deficiência para se locomover em segurança no ambiente escolar mesmo sendo um número pequeno esse público, o direito deles é assegurado por lei.

A legislação assegura o direito a utilização dos espaços públicos o acesso é a circulação de portadores de deficiência física, em que estabelece critérios para adaptações das áreas de uso comum em locais públicos, estabelece as condições exigíveis como medida e padrões certos e adequados que das condições de acesso aos edifícios de uso público.

Inúmeras providências devem ser tomadas para que o ambiente escolar atenda sem discriminação qualquer pessoa independente de suas limitações, as escolas têm que ser adequadas para acolher todas as pessoas, para que a educação se torne uma realidade inclusiva e fundamental que seja desenvolvido e readaptado as estruturas das escolas, as barreiras não estão ligadas apenas nos alunos com necessidades especiais, que vai muito além do acesso a cadeira de rodas, por exemplo.

III.I - Relatos dos professores sobre o Ensino de Geografia e a Acessibilidade

Para entender de que forma que é desenvolvido o ensino de Geografia na realidade para alunos com deficiência no ensino regular, foi perguntado aos professores qual os métodos utilizados, materiais didáticos adequados, quais os caminhos que eles tomam para desenvolver as aulas tanto para alunos com deficiência e os alunos sem deficiência.

A entrevista se desenvolveu através de umas perguntas já pré-definidas é ao longo do dialogo os professores de Geografia foram contando as suas experiências e dificuldades, foi realizado esse dialogo com 02 professores da rede Estadual de Ensino de Alexânia-GO . Os professores de Geografia relataram que as suas aulas são dialogadas na maioria das vezes, aulas mais tradicionais.

Foram observadas 02 escolas estaduais no Município de Alexânia-GO, a pedido dos educadores e da direção das escolas não será divulgado os nomes dos professores e das escolas, com objetivo de relatar a realidade e as dificuldades dos professores de Geografia para quem ler entender o objetivo dos questionários e da pesquisa, que em cada uma dessas apresentou um aluno com deficiência visual e dois com deficiência auditiva que apenas os alunos com deficiência auditiva têm monitora de libras.

As respostas dos professores de Geografia se mantiveram parecidas em alguns pontos, mais o que foi mais diferenciado foi que um dos professores relatou que acha que as escolas regulares não têm que atender os alunos com deficiência, que é contra a inclusão de alunos que necessita de uma educação especial, é explicou que a maioria das escolas regulares não tem suporte para atender da melhor forma esses alunos com limitações, esses alunos com deficiência tem que estudar em institutos que geralmente são direcionados a esse público e tem todos os requisitos dentro das leis de acessibilidade.

Tabela: Quadro das Respostas dos Professores de Geografia

Data a entrevista dia 10 de Setembro de 2012	Professor A, da primeira escola.	Professor B, da segunda escola.
Concorda com a inclusão de alunos no ambiente escola?	Não concorda, com a inclusão devido à falta de recursos e de infra-estrutura da escola.	Concorda com a inclusão de alunos com deficiência, pois assim esses indivíduos vão poder se relacionar com outras pessoas.
As aulas de geografia e tradicionais ou criativas?	Criativas, procura sempre esta desenvolvendo aulas com recursos visuais, e não fica apenas nos diálogos, pois tem um aluno com	Criativas, mesmo não dominando bem a cartografia tátil procura outros mecanismos para ministrar as aulas, pois tem um aluno

	deficiência auditiva.	com deficiência visual.
O ensino de geografia é de qualidade?	Mesmo que o aluno sendo esforçado, o ensino sem ter uma estrutura, não se pode chegar a uma educação de qualidade, e o aluno não aprende.	Mesmo tendo tantas dificuldades o educador acha que o aluno pode sim aprender.
Tem algum especialização na áreas da inclusão escolas de alunos com deficiência?	Não, domina a linguagem de sinais LIBRA.	Não, domina a linguagem em BRAILLE.
Tiveram algum preparo psicológico, quando esses alunos foram inseridos na escolas?	Não.	Não.

Fonte (Pesquisa realizada com professores de duas escolas estaduais do município de Alexânia-GO).

As respostas dos professores de Geografia se mantiveram parecidas em alguns pontos, mais o que foi mais diferenciado foi que o professor A relatou que acha que as escolas regulares não têm que atender os alunos com deficiência, que é contra a inclusão de alunos que necessita de uma educação especial, é explicou que a maioria das escolas regulares não tem suporte para atender da melhor forma esses alunos com limitações, esses alunos com deficiência tem que estudar em institutos que geralmente são direcionados a esse público e tem todos os requisitos dentro das leis de acessibilidade.

Carvalho (2004, p.26) afirma que “*A resistência dos professores e de alguns pais é por eles explicada em razão da insegurança no trabalho educacional escolar, a ser realizado nas classes regulares, com os alunos com deficiência*”. Os alunos com deficiência têm que ser motivado a aprender e não ocupar apenas uma carteira na sala de aula, esse aluno tem que ser levado a entender que apesar de sua limitação ele pode sim desenvolver seu potencia e sua habilidade, mais isso só acontece com o trabalho em conjunto da escola e seus funcionários e da família do aluno com deficiência.

O professor B relata que é muita importante para os alunos com deficiência poder se relacionar com outros alunos que não tem limitações, pois assim vai construindo juntos os

seus valores, que todas as pessoas são iguais, independente de suas limitações, a educação inclusiva é importante.

Os professores disseram que para ministrar as aulas para esses alunos com deficiência procura elaborar atividades diferenciadas para os alunos com necessidade especiais, o professor A disse que mesmo achando que a inclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares não seja uma saída certa, desempenha a seu papel como educador e sempre leva para as suas aulas gravuras relacionada ao tema do conteúdo para que o aluno entenda da melhor forma possível e não fique apenas no diálogo, em que o aluno através da imagem pode entender.

O professor B disse que não domina a cartografia tátil, mais procura explicar da melhor forma possível o conteúdo para o seu aluno com deficiência visual, e desenvolve muitas aulas de debate, e as provas desse aluno é oral. O educador procura levar objetos que também relaciona o conteúdo para que o aluno possa sentir e entender determinado conteúdo.

Os professores relataram os alunos com deficiência são dedicados, o que complica a falta de materiais adequados para cada limitação dos alunos, são materiais didáticos escassos quase não se acha, geralmente são por encomendas, ou se tiver alguma instituição que seja perto da cidade que pode ajudar com esse tipo de material didático.

Souza (2005) destaca que tem que ser feito um trabalho de conscientização educacional, envolvendo todas as pessoas da sociedade, como os pais, alunos e as pessoas que trabalham na escola, iniciativa que possibilitaria um melhor atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno a ser incluído, as pessoas com esse tipo de iniciativa possa aceitar mais os alunos com deficiência, e vão entender que esses alunos vão agregar e não atrapalhar os outros alunos que não necessitam de uma educação especial.

As opiniões dos professores são diferentes a respeito do aprendizado dos alunos com deficiência, o professor A acha que em quanto às escolas não tiver uma estrutura adequada, os alunos com deficiência não vão aprender.

O professor B pensa diferente que apesar de todas as dificuldades os alunos com deficiência podem sim aprender e entender todo o conteúdo de Geografia, cada um pensa de uma forma, mas sabemos que sem estrutura o ensino pode ser desenvolvido da melhor forma, mais não vai ser uma aprendizagem de qualidade, igual tinha que ser, são nesses pontos que ocorrem muitos desencontros na inclusão escolar.

Nenhum dos professores tem noção mínima de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é o Braille (sistema de leitura com o tato), para desenvolver aulas com esses recursos, mais se os professores entendessem dessas formas de linguagem seria bem mais fácil a comunicação,

mais no caso dos alunos com deficiências auditivas tem monitores de libras que auxilia na comunicação do professor e do aluno.

Falta também até um preparo psicológico para os educadores lidarem com as diferenças dos alunos com deficiência, em colocar esses alunos em sala de aula e como lidar com os outros alunos é seus pais que em alguns casos são preconceituosos e acham que as pessoas que tem algum tipo de limitação não podem estar em sala de aula, na visão desses pais preconceituosos esses alunos com limitações vão atrapalhar os seus filhos na aprendizagem.

É necessário que ocorra mudanças em relação à inclusão, devido ao posicionamento de um dos professores de Geografia e dos pais e em alguns casos constroem algumas barreiras na inclusão dos alunos com deficiência.

Foi questionado também se a falta de acessibilidade na escola pode afetar a aprendizagem dos alunos com deficiência, os dois professores tiveram a mesma opinião que afeta e muito a aprendizagem do aluno, que o aluno não vai estar se sentindo aceito no ambiente escola e os alunos com deficiência vão sendo desmotivados, pois sempre estará precisando da ajuda de alguém não vão se sentir independente.

A escola que segundo do professores não estão fisicamente preparadas para atender os alunos com deficiência, o primeiro professor diz que nem os banheiros são adaptados é se por acaso tiver algum aluno cadeirante não via conseguir ir ao sanitário sozinho e será uma complicação devida os banheiros não ser adaptados. O segundo professor relata que a única coisa que foi feita na escola foi às rampas e nada mais.

O professor A relata que raramente a equipe gestora da escola discute sobre o assunto da infra-estrutura, e não se preocupam com as dificuldades e barreiras arquitetônicas da escola, as portas são do tamanho normal, dificultando assim a passagem dos alunos cadeirantes, são muitas coisas que tem que ser mudadas na escola para que a inclusão seja completa. O professor B relata quase as mesmas coisas é ainda destaca que a educação necessita de readequações, em quanto isso não acontecer à educação brasileira vai continuar sendo uma instituição falida.

Nesse sentido Omote (2004, p. 1). afirma:

“As adaptações que precisam ser introduzidas para tornar a escola acessível, acolhedora e adequada para alunos com qualquer espécie de deficiência não se limitam a aspectos físicos – como o ambiente arquitetônico, os recursos didáticos pedagógicos, o mobiliário e o acervo de laboratórios e bibliotecas – nem aos aspectos educacionais – como o currículo, os objetivos essenciais as mudanças que precisam ocorrer no meio social, representado principalmente pelos diretores,

professores, alunos e famílias desses alunos. Todos precisam estar disponíveis para enfrentarem juntos os desafios da convivência na diversidade”. Omote (2004, p. 1).

É necessário que todas as escolas seguem um padrão de adaptação na estrutura da escola, como foi relatado por um dos professores uma pessoas necessita de um ambiente que tenha as mínimas condições para assegurar a individualidade é privacidade do aluno, porque escola que não tem banheiros adequados isso gera muito constrangimento para os alunos com limitações na locomoção.

Pode ser observado que a sociedade ainda não e um universo de igualdade, ainda se tem muito preconceito contra as pessoas com deficiência, ainda não alcançamos o tão esperado grau de evolução, portanto cabe a cada um de nós lutarmos pelos nossos direitos e irmos em busca de uma sociedade de igualdade que todos tenha os mesmo direitos, não seja um sonho impossível e que se torne um sonho possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil percorreu um longo caminho para desenvolver leis que assegurassem o direito das pessoas portadoras de necessidades especiais a ter uma educação adequada, e também nesse desenvolvimento da legislação educacional brasileira o país em cada época passou por transformações diferenciadas tais como mudanças pós-guerra, conflitos internos, sociais, golpe militar, a implantação da democracia, desenvolvimento tecnológico, entre outras coisas. Para que a políticas públicas seja construída é garantida a sociedade uma escola democrática e universal, têm que ser superado os desafios que vão aparecendo.

Mas o que fica evidente é que a inclusão escolar ainda tem um longo caminho a percorrer, pois a qualidade do ensino brasileiro ainda não atende todas as necessidades dos alunos deficientes que necessitam de um atendimento adequado, para as pessoas que não tem nenhuma limitação a educação já deixa a desejar, pois o governo não investe em uma educação de qualidade que atenda todas as necessidades de seus alunos com deficiência e os que não possuem nenhuma deficiência.

Apenas a inserção dos alunos com deficiência nas escolas públicas não é o suficiente para efetivar a inclusão, ainda são precárias as condições da educação brasileira, na estrutura é na parte pedagógica da escola, a legislação oficialmente declara que todas as pessoas têm o direito de uma educação adequada que atenda todas as suas necessidades, apesar de apresentar grandes avanços as leis brasileiras estão distantes de ser aplicada plenamente no país.

O ensino de Geografia é muito importante para qualquer pessoa e quando falamos de pessoas que tem deficiência é mais importante, pois tem pessoas que vem o mundo de formas diferentes e entendem as coisas de maneiras diferenciadas, uma pessoa que tem deficiência visual o seu modo de ver as coisas e através do tato e tem que desenvolver mais os seus outros sentidos, uma pessoa com deficiência auditiva muitas vezes não ouve o que esta ao seu redor e não fala o que senti, são varias as deficiências físicas que existe, mais com um bom trabalho dos educadores esses alunos podem desenvolver suas habilidades e seus potenciais.

As dificuldades são muitas e não é nada fácil para um educador uma sala de aula com um grande número de alunos terem um aluno com deficiência que requer mais atenção para que desenvolver as suas habilidades e compreender o conteúdo, mais o que tem que ser feito e uma elaboração de novos mecanismos novos recursos de ensino, assim possibilita um

bom entendimento e vão adquirindo conhecimento teórico é aprendem a relacionar a teoria com a prática tanto em sala de aula como no seu cotidiano. Dessa forma tem que ser buscado também novas estratégias para que o ensino de Geografia se torne de grande importância.

Os alunos com deficiência necessitam de um ambiente escolar que atenda as suas necessidades de locomoção, para que os alunos não se sintam presos é sempre dependente dos outros que tenha mais um pouco de liberdade para se locomover, não ficam constrangidos devido à falta de adaptação da estrutura física da escola.

A inclusão no Brasil tem um longo caminho a percorrer e o educador acaba sendo uma das principais ajuda nessa jornada da inclusão, para que ocorra a educação espacial é necessário que as pessoas que estão envolvidas se comprometam e esforcem para que haja um novo modelo de educação inclusiva no Brasil.

Espero que no futuro a educação inclusiva brasileira seja uma educação de qualidade, que assegure na realidade é não apenas em leis, todos os direitos das pessoas com deficiência, que todos os educadores de Geografia estejam preparados para ministrar aulas é manusear os materiais adaptados. É que os ambientes escolares sejam mais acessíveis aos alunos com deficiência, para que esses não se sintam constrangidos é não necessite tanto de ajuda, possa se locomover sozinho sem ter ajuda, porque quando a estrutura física do colégio atende todas as necessidades dos alunos, não tem nenhum constrangimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, Luciana Dantas, **Concepções sobre educação inclusiva em uma escola regular da rede federal em Minas Gerais**. Outubro de 2009. Disponível: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20100611100471luciana_dantas_andrade.pdf. Acesso: 20 de Setembro de 2012.
- ALMEIDA, Diones Carlos de Souza. **Geografia e educação especial / Inclusiva: o caso dos Deficientes Visuais**. 2008. 66f. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Jan. 2008.
- ALMEIDA, Rosângela Doin. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ALMEIDA, R. D. de. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, R. D. e Passini, E.Y. “**O espaço geográfico: ensino e representação.**” São Paulo: Contexto, 1989.
- ALMEIDA, Rosângela Doin de. “**A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia**” In: - Revista Terra Livre, nº 8, São Paulo: AGB/Marco Zero, 1991.
- ALMEIDA, R. D. e PASSINI, E.Y. “**O espaço geográfico: ensino e representação.**” São Paulo: Contexto, 1989.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 90/50: **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- BRASIL, **Lei 7.405/85. Obrigatoriedade do Símbolo Internacional de Acesso**. Brasília, 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.
- BRASIL, **Lei nº 7.853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social**. Brasília, 1989.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Instituto Nacional de Educação Especial-INEP**. Procedimentos de elaboração do Plano Nacional de Educação. Brasília, MEC/INEP, 1997a (mimeo).
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Instituto Nacional de Educação Especial-INEP**. Roteiro e metas para orientar o debate sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília, MEC/INEP, 1997b (mimeo).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP. 2001. 79p.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL- Lei nº 9394/20.12.96**. Brasília: Saraiva, 1996.

BRASIL, **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO: Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 23/12/1996**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1999a.

BRASIL, **Lei 10.048/00. Atendimento às pessoas com deficiência pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo**. Brasília, 2000.

BRASIL, **Lei nº 10.098/00. Acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**. Brasília, 2000b.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**.

BRASIL, **Presidência da República**. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. , Brasília, 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, MEC – 2008.

BRASIL, **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. 3. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001b. 92 p.

BRASIL, **Lei 10.098 de 19/12/2000**. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, Deficiência Física**. Brasília, 2006a.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: Brasília: MEC/SEESP, 2006b.

BRASIL, Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, **Distrito Federal e Estados**, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

BRASIL, Decreto Legislativo nº186 de 09 de Julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, **assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007.

BRASIL, Decreto nº 6.949 de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, **assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007.

BRASIL. “**Parecer nº 9/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**”, agosto/2009.

BRASIL. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da Geografia**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 80p.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: Castrogiovanni, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 134.

CALLAI, Helena Copetti (org) et al. **Geografia em sala de aula – práticas e reflexões**. 2.ed. Porto alegre:Editora da UFRGS, 1999.

CALLAI, Helena Copetti. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos [et al.] (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS/AGB, 2003. p. 57-66. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SHÄFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre. Universidade UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino de Geografia: Recortes espaciais para análise**. In: Castrogiovanni, Antonio Carlos; Callai, Helena Copetti; Schäffer Neiva Otero; Kaercher, Nestor André (Org). **Geografia em sala de aula – práticas e reflexões**. 4 ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2003

CASTROGIOVANNI, A.C. E agora, como fica o ensino da geografia com a globalização? In: CASTROGIOVANNI, A.C. et al. (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/AGB, 2001b. p. 81-83.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino: Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva socioconstrutivista**. Goiânia, Alternativa, 2002.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler, Disponível em: [www. Educação.sp.gov.br/cape/eventos](http://www.Educacao.sp.gov.br/cape/eventos), agosto de 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 6 ed., 2007.

CARVALHO, R.E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: SEESP/MEC, 2007.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo, 2000 a. **A Educação na Cidade.** 4.ed. São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo, 2001. **Política e Educação.** 5^a ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23).

LIMA, Priscila A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LIMA, S. R. **Políticas nacionais para a educação das pessoas com Deficiência**, publicada em 2008. Disponível: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC22.pdf>. Acesso: 13 de Julho de 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Educação Escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Caderno CEDES**, Cidade, v. 19, n. 46, set 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. (Org.) **Caminhos Pedagógicos da Inclusão.** São Paulo, Memnon, 2001.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Escolar: Comum ou Especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, M. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Saberes e práticas da inclusão:* Desenvolvendo Competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos, Brasília: MEC, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização:* deficiência física. Brasília: MEC, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Saberes e Práticas da Inclusão:* Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência física/neuro-motora. Brasília: MEC, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Saberes e Práticas da Inclusão:* Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC, 2006.

OMOTE, S. **Medida de atitudes sociais em relação à inclusão**. 2004.

OLIVEIRA, C. B. de, **Um olhar para as políticas educacionais inclusivas e educacionais infantil**, Buenos Aires, Revista Digital, 2004. Disponível: <http://www.efdeportes.com/efd70/inclus.htm>. Acesso: 20 de Maio de 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyep/article/viewFile/9842/9041>. Acesso: 30 de Setembro de 2012.

Recursos Didáticos na Educação Especial, Brasília 1995. Disponível in:<http://www.ibc.gov.br/?itemid=102>. Acessado em outubro de 2010._____, Ministério da Educação.

Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, 2005. Disponível in: http://cacphp.unioeste.br/projetos/pee/arquivos/acervos_diversos/de_co_p_o_at_as_nec_edu_esp_d_alu_ce.pdf. Acessado em agosto de 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. (1988). **Metamorfoses do espaço habitado**. Hucitec: São Paulo.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Ed W.V.A, 1997.

SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC:Brasília, v. 8, 1998.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SOUZA, C. da C. **Concepção do professor sobre o aluno com seqüela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regul ar**. 2005. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/teses/pdf/camara_dissert.pdf >. Acesso em: 29 Outubro. 2012.

VYGOTSKY, L., **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993

Documentos e dados referentes à educação brasileira e estatísticas nacionais foram obtidos nos sites:

<http://inep.gov.br/cibec>. Acesso: 12 de Agosto de 2012.
<http://www.mj.gov.br/corde>. Acesso: 04 de Setembro de 2012.
<http://www.mec.gov.br/seesp>. Acesso: 06 de Outubro de 2012.
<http://www.ibge.net7>. Acesso: 12 de Outubro de 2012.
http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/pessoa-com-deficiencia/acesso_alunos_ensino_publico_2004. Acesso: 20 de Outubro de 2012.

Referências do desenvolvimento das Políticas Educacionais Inclusivas:

Chaves, Ana Paula Nunes, **Ensino de geografia e a cegueira**. Publicado 11 de Novembro de 2011. Disponível: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93465>. Acesso: 09 de Agosto de 2012.

ANEXO I

Norma de Acessibilidade

A primeira norma brasileira de acessibilidade foi publicada em 1985, para a sua elaboração contou com a participação de diferentes profissionais de áreas diversificadas, tudo isso desenvolveram em conjunto com as pessoas com algum tipo de limitação para se locomover. A NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050) foi elaborada devido ao iniciativa da Associação Brasileira de Normas Técnicas para garantir o direito de todas as pessoas que necessitam de ambientes adaptados para locomover é suprir a carência técnicas e referenciam adequadas para assegurar a acessibilidade.

No NBR 9050, os critérios de acessibilidades são avaliados e analisados de acordo com cinco itens:

- Comunicação e sinalização;
- Acesso e circulação;
- Sanitários e vestiários;
- Equipamentos urbanos;
- Mobiliário.

Antes da iniciativa de desenvolver as normas técnicas, os únicos meios de referencias sobre o assunto e estudos sobre as dificuldades e a importância de adaptar os ambientes públicos para dar oportunidade de todos terem acesso às áreas de lazer, museus, escolas, universidade, entre outros locais.

Instaurou em 1993 a ABNT uma comissão de estudo, tendo com apoio o Governo de São Paulo, com o objetivo de atualizar e ampliar a NBR 9050, em 2004 ocorreu uma revisão, na qual, foi colocado o ambiente escolar, como um de normas e especificações para a adequação do espaço físico, conduzindo para a inclusão das pessoas com deficiência dando mais acessibilidade ao ambiente escola.

Segundo a ABNT/NBR 9050, ela e para promover a acessibilidade no ambiente proporcionar e construir condições de mobilidade, sem que as pessoas necessitem de ajuda e tenha autonomia e segurança, deixando de lado as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas

cidades, escolas, edifícios, meio de transporte e de comunicação, então são constituídos um direito universal de que todos somos iguais, e reforçando o conceito de cidadania.

Quando o espaço é acessível para todos são capazes de oferecer oportunidade e igualdades a todos às pessoas, mas o que acontece é que muitos lugares ainda não obedecem a essas normas e não se tem uma fiscalização adequada, e pouco investimento, as escolas muitas vezes têm apenas rampas, cheias de obstáculos, tanto para cadeirantes, pessoas que utiliza andadores, muletas, deficientes visuais, entre outros.

Nenhuma das escolas que foi observada não possui adaptações seguindo as normas técnicas a única coisa que pode ser observado é as rampas que foram feitas, mais de resto é cheio de barreiras para as pessoas que necessitam de uma acessibilidade adequada, um grande descaso com as pessoas que tem deficiência, e negligências da Secretaria de Educação.

De acordo com a norma, a entrada das escolas deve estar preferencialmente localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos, tem que ter pelo menos uma rota de acesso interligado para todos os ambientes comuns, como a secretaria, cantina, sala de aula, biblioteca, laboratório de informática, recreação, a prática de esportes, todos os ambientes devem ser acessíveis.

A comunicação é a sinalização pode tanto ser visuais (textos ou figuras); táteis (caracteres em relevo, Braille e figuras em relevo) é sonoras (realizadas através de recursos auditivos).

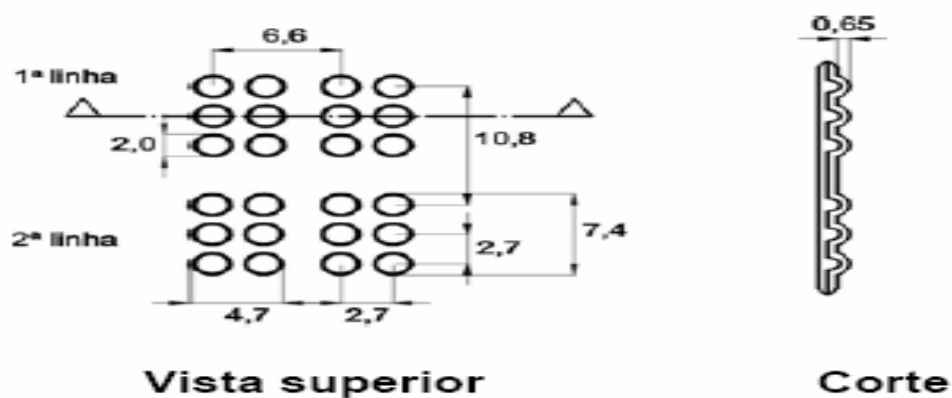
A sinalização é utilizada para os espaços cuja função é definir e identificar os diferentes espaços ou elementos de um ambiente, mobilidade é para identificar os comandos. Para a sinalização interna dos ambientes, a dimensão mínima das figuras deve ser de 15 cm, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 30 m. Para distâncias superiores deve-se obedecer à relação entre distância de leitura e altura do pictograma de 1:200. Tem que ter condições ideais para a sinalização, não apenas para permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas para que a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população sejam garantidas.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 1 – Exemplos de sinalização visual.

A sinalização tátil, é a representação em Braille, apresenta uma dimensão milimétrica:



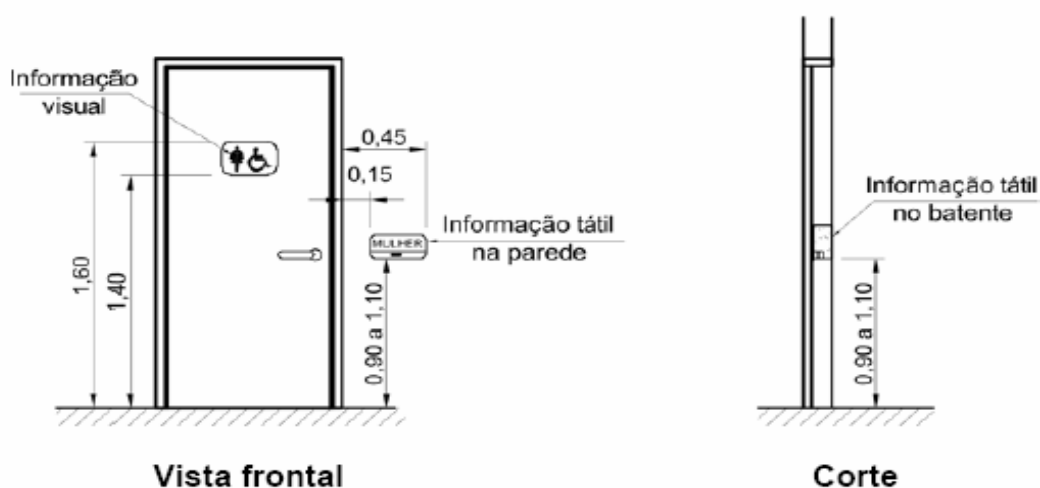
Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 2– Cella Braille.

Como destaca na imagem devem atender aos seguintes condições:

- a) diâmetro do ponto na base: 2 mm;
- b) espaçamento vertical e horizontal entre pontos – medido a partir do centro de um ponto até o centro do próximo ponto: 2,7 mm;
- c) largura da cela Braille: 4,7 mm;
- d) altura da cela Braille: 7,4 mm;
- e) separação horizontal entre as celas Braille: 6,6 mm;
- f) separação vertical entre as celas Braille: 10,8 mm;
- g) altura do ponto: 0,65 mm.

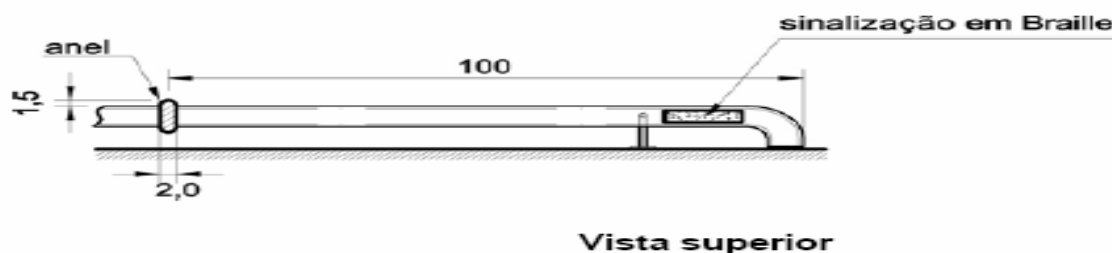
A sinalização das portas, deve ter informações visual (número da sala, função, etc.) ocupando área entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizada no centro da porta ou na parede adjacente, ocupando área a uma distância do batente entre 15 cm e 45 cm. A sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) deve ser instalada nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisória ou painel), no lado onde estiver a maçaneta, a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 3 – Sinalização visual e tátil em portas.

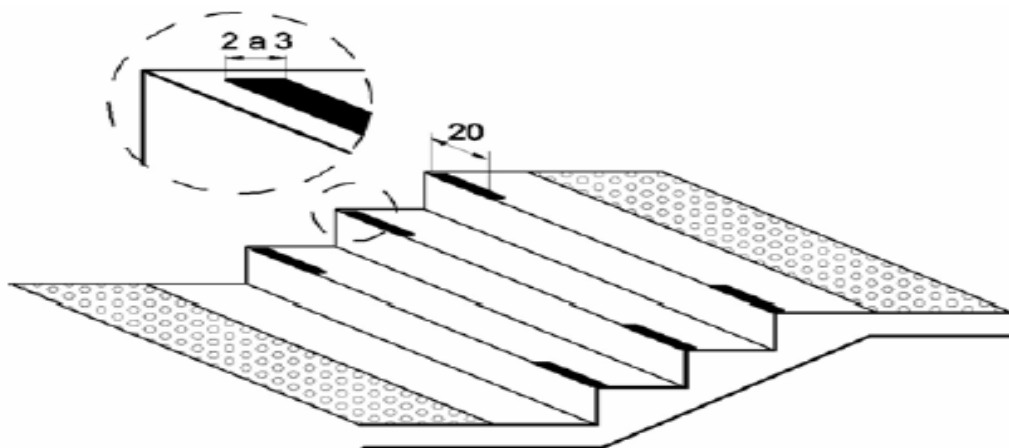
No corrimão é recomendado que seja utilizado um anel com textura contrastante com a superfície do corrimão instalado 1,00 m antes das extremidades. A sinalização em Braille deve informar sobre os pavimentos no início e no final das escadas fixas e rampas, instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 4 – Sinalização de corrimãos.

Os degraus é recomendado que tem que ter uma sinalização visual na borda do piso em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura. Essa sinalização pode estar restrita à projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 0,20 m de extensão.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

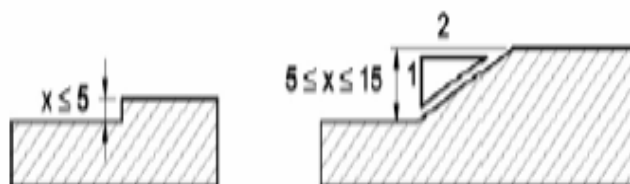
Figura 5 – Sinalização visual no piso de degraus.

Segundo a Norma NBR 90/50 da ABNT, a sinalização tátil no piso pode ser do tipo alerta ou direcional, ambas em contraste com o piso adjacente, atendendo a duas condições:

- Quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado e não exceder 2 mm;
- Quando integradas, não deve haver desnível.

Figura 8– Sinalização tátil de alerta nas escadas

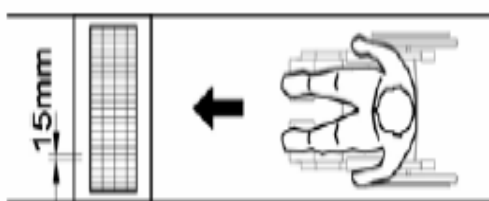
Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%).



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 9 – Tratamento de desníveis (dimensões em milímetros).

As gralhas têm que ser fixas no chão para o escoamento de água em determinado lugar e a junta de dilatação é uma separação física de duas partes de uma estrutura. Segundo a Norma, as grelhas e juntas de dilatação devem estar preferencialmente fora do fluxo principal de circulação. Quando instaladas transversalmente em rotas acessíveis, os vãos resultantes devem ter no sentido transversal ao movimento, dimensão máxima de 15 mm.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

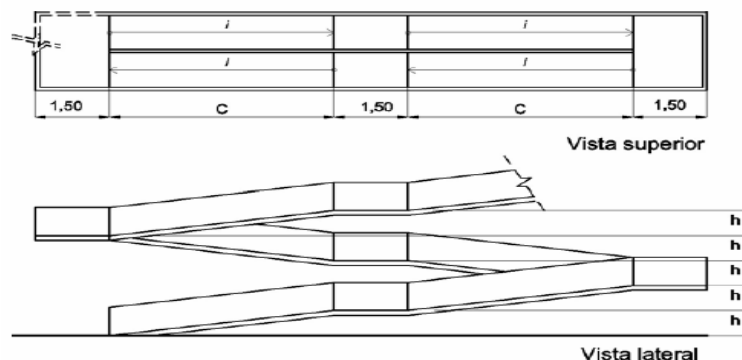
Figura 10 – Desenho da grelha.

De acordo com a Norma, as rampas devem ser calculado conforme a seguinte equação: $i = h \times 100 / c$, onde:

- i é a inclinação, em porcentagem;
- h é a altura do desnível;
- c é o comprimento da projeção horizontal.

Constatamos que essa fórmula existe como fruto de uma avaliação ergonômica para adequação do ambiente físico.

Observe na Figura 28 a representação de uma rampa de acesso sob o aspecto de uma vista superior e lateral.

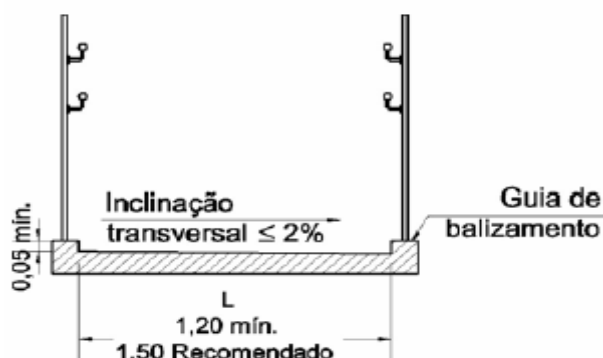


Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 11 – Dimensionamento de rampas.

Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso.

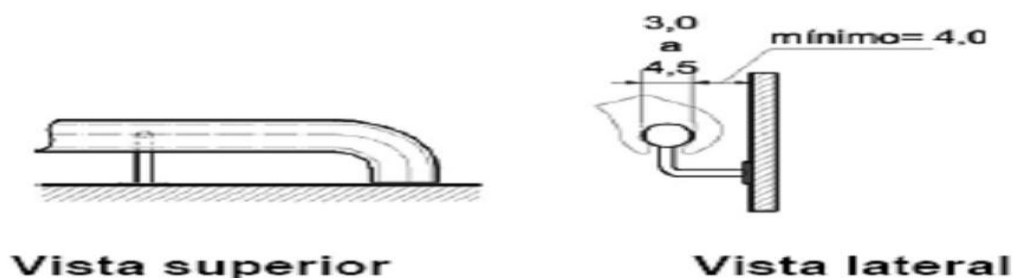
A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 12 – Inclinação transversal e largura de rampas.

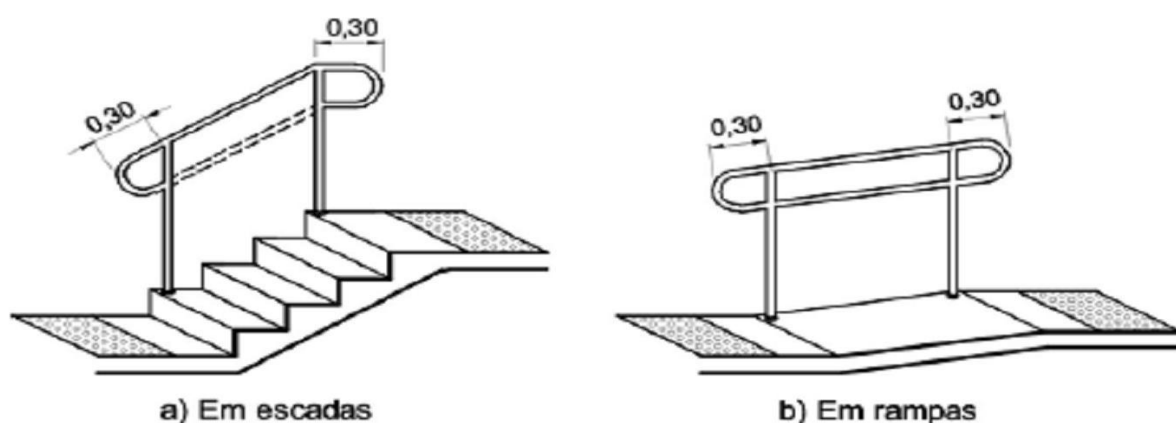
Segundo a norma, os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixa e das rampas, tendo largura de 3,0 cm a 4,5 cm, devendo ser preferencialmente circular.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

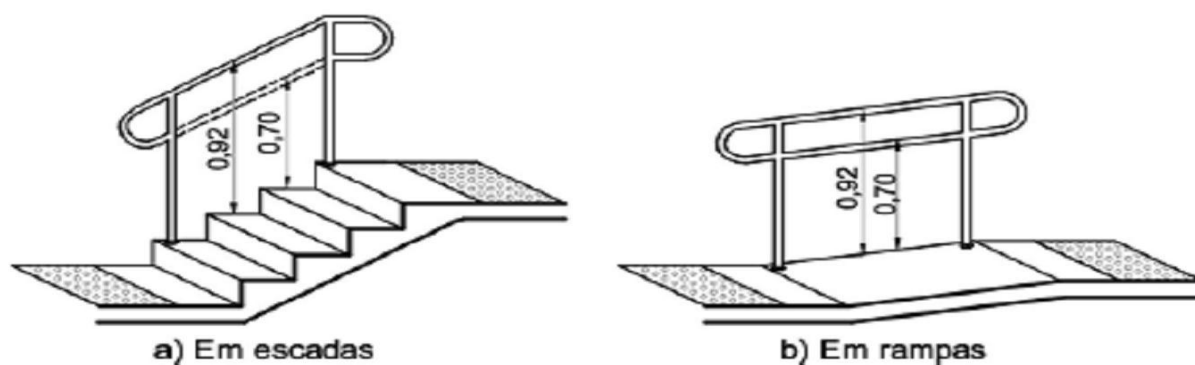
Figura 13 – Empunhadura de corrimão.

Quando embutidos na parede, os corrimãos devem estar afastados 4,0 cm da parede de fundo e 15,0 cm da face superior da reentrância. Os corrimãos laterais devem prolongar-se pelo menos 30 cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. Em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminhar, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente. Conforme os dizeres da norma, os corrimãos devem ter acabamentos recurvados. Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos deve ser 0,92 m do piso.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

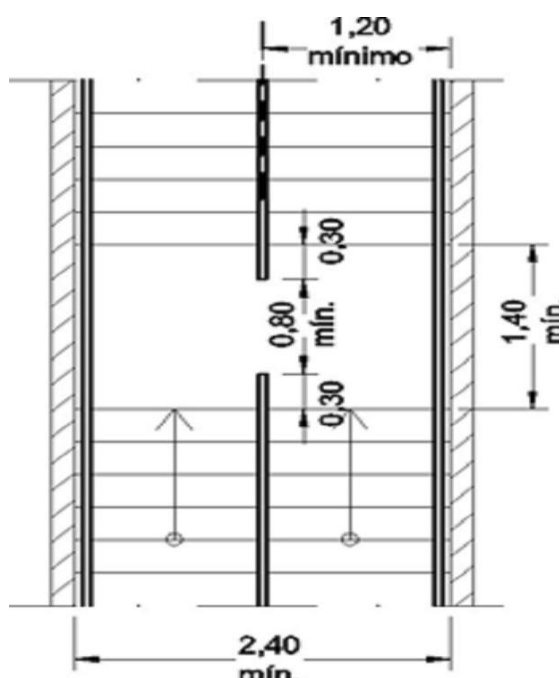
Figura 14 – Prolongamento de corrimãos.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 15 – Altura dos corrimãos em rampas e escadas.

As rampas das escadas têm que ter largura superior a 2,40 m, é necessário a instalação de corrimão intermediário. Os corrimãos intermediários somente devem ser interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte.



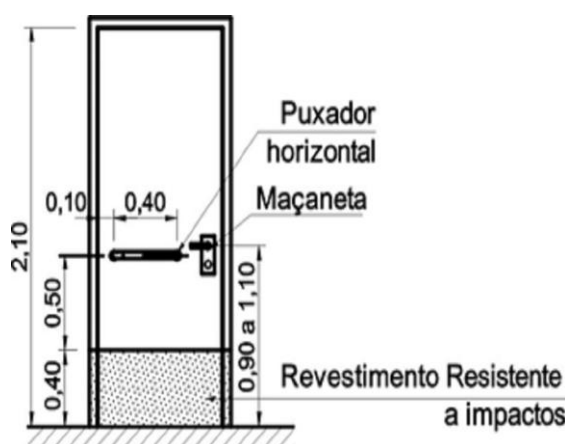
Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 16 – Vista superior de corrimão intermediário.

Os corredores têm que ser definidos as suas dimensões de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- c) 1,50 m para corredores de uso público;
- d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas.

As portas e os elevadores tem que ter um vão livre de no mínimo de 0,08m e altura mínima de 2,10m. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 17 – Vista frontal da porta.

O sanitário deve obedecer aos parâmetros da norma no que diz respeito a bacia, mictório e acessórios barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance.

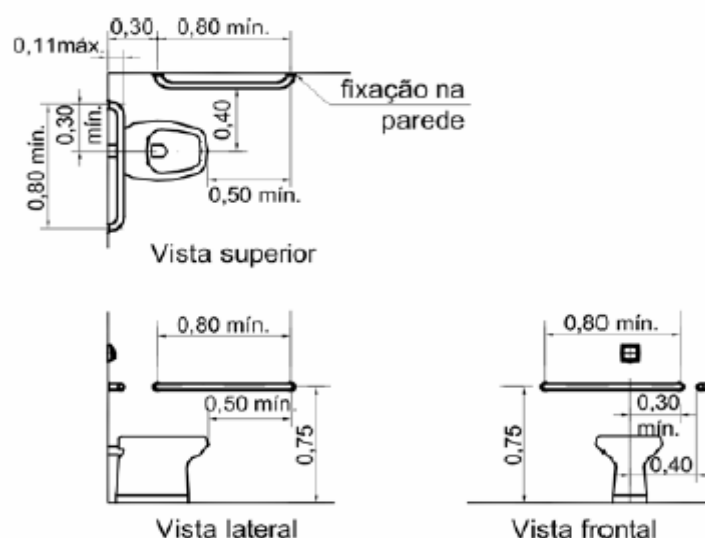
Os sanitários devem ser acessíveis e localizarem-se em rotas acessíveis, próximos à circulação principais, preferencialmente próximos ou integrados às demais instalações sanitárias, e ser devidamente sinalizados.

Segundo a Norma, nos casos em que houver sanitários acessíveis isolados é necessária a instalação de dispositivo de sinalização de emergência ao lado da bacia e do boxe do chuveiro, a uma altura de 400 mm do piso acabado, para acionamento em caso de queda.

Os sanitários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.

A localização das barras de apoio deve atender às seguintes condições:

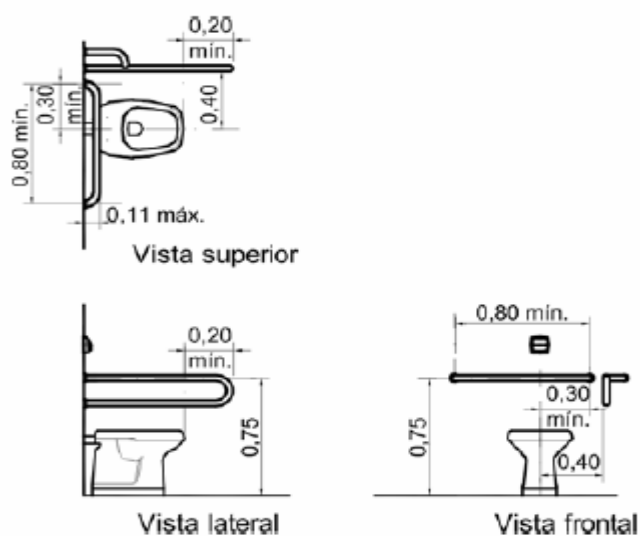
- Junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência;
- Com comprimento mínimo de 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação);
- A distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral ao vaso deve ser de 0,40 m, estando esta posicionada a uma distância mínima de 0,50 m da borda frontal da bacia;
- A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30 m além do eixo da bacia, em direção à parede lateral.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 18 – Bacia sanitária – barras de apoio lateral e de fundo.

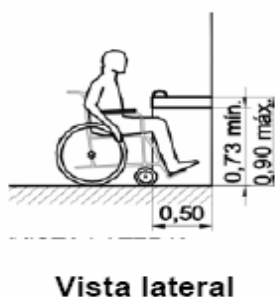
A distância entre esta barra e o eixo da bacia deve ser de 0,40 m, sendo que sua extremidade deve estar a uma distância mínima de 0,20 m da borda frontal da bacia.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 19 – Bacia sanitária – barra de apoio lateral com fixação na parede do fundo.

O bebedouro tem que ter altura livre de no mínimo 0,73m do piso, pode avançar apenas sob o bebedouro até no máximo 0,50.



Vista lateral

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 90/50

Figura 20 – Bebedouros.

Segundo a Norma, em espaços externos, pelo menos 5% dos telefones, com no mínimo um do total de telefones, devem ser acessíveis a pessoas com cadeira de rodas. Quando houver instalação de conjunto de telefones em edificações, o telefone acessível para pessoas com cadeira de rodas deve estar localizado junto a eles.